

Setembro 2015 • Ano 5 • Número 19 • R\$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Nesta edição, a cobertura completa da 5ª Conferência do Ibracon



Ética no ambiente de negócios

O trabalho do auditor é de grande utilidade para os usuários das informações contábeis
Leia a entrevista de Otávio Damaso, diretor de Regulação do Banco Central

O Ibracon está nas redes sociais

Acesse, curta e compartilhe!

Comunicação Ibracon



www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Propósito



Acabamos de realizar mais uma Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, resultado do nosso firme propósito de contribuir, cada dia mais, com o fortalecimento da profissão, dos profissionais e do mercado, sem falar na missão do Ibracon de colaborar com o desenvolvimento do ambiente de negócios no País em benefício da sociedade.

Nesta edição, você tem a cobertura completa da 5ª Conferência, que contou com a participação de convidados como Leonardo Pereira, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Eronides Aparecido dos Santos, promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do Estado de São Paulo, Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Fiscalização e Regulação do Banco Central do Brasil, Ricardo Lião, secretário-executivo do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, entre outros nomes de expressão.

Além da cobertura da Conferência, esta edição também apresenta reportagens alinhadas com o propósito do Ibracon.

Uma delas mostra a importância do trabalho das controladorias em todas as instâncias governamentais e como elas vêm coordenando esforços para prevenir e combater a corrupção. Tema, aliás, presente com destaque na nossa 5ª Conferência.

Apresentamos, ainda, uma entrevista exclusiva com Otávio Ribeiro Damaso, diretor de Regulação do Banco Central, que comenta recentes decisões e iniciativas da instituição e destaca a importância da auditoria independente e do trabalho do auditor, que reputa como de grande utilidade pública para todos os usuários das informações contábeis.

Boa leitura,

Idésio Coelho
Presidente do Ibracon

Nesta edição

6

Entrevista

Otávio Ribeiro Damaso, diretor de Regulação do Banco Central, comenta importantes decisões e iniciativas da instituição



10

Defensores do bem comum

Valdir Simão, ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), fala do esforço conjunto para prevenir fraudes e corrupção

16

Valorização da profissão

Contabilidade e auditoria independente se fortalecem como áreas estratégicas para as companhias



46

Perfil

Conheça Vania Maria da Costa Borgerth, assessora da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

40

Educação

42

Pingos e respingos

44

Participações

49

Sintonia fina

22 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon

Qualidade dos debates e relevância dos temas abordados consolidam evento como referência para o desenvolvimento da profissão, dos profissionais e do mercado



24 Lei anticorrupção

Eronides Aparecido dos Santos, promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do Estado de São Paulo, fala das leis de prevenção à lavagem de dinheiro e anticorrupção

26 Prevenção a fraudes

Governança e cultura de responsabilidade são linhas de defesa valiosas

32 Prioridades para as FAPMP

Christopher Arnold, da Ifac, apresenta resultados da Pesquisa Global sobre Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)



36 Ética no ambiente de negócios

Leia matéria especial com os melhores momentos da palestra de Mario Sergio Cortella



Os avanços do Banco Central

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO, DIRETOR DE REGULAÇÃO DO BANCO CENTRAL, COMENTA IMPORTANTES DECISÕES E INICIATIVAS RECENTES DA INSTITUIÇÃO

O Banco Central tem promovido importantes avanços no âmbito da regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) nos últimos anos, a começar pela aderência ao Acordo de Basileia e as modificações no arcabouço contábil, de controles internos e de auditoria das instituições financeiras.

A avaliação é de Otávio Ribeiro Damaso, diretor de Regulação do Banco Central, nesta entrevista exclusiva à revista *Transparência Ibracon*, na qual fala

de regulação prudencial, convergência das instituições financeiras às normas internacionais de contabilidade e de novas tecnologias.

Segundo ele, “a auditoria externa e o supervisor do SFN têm nas informações contábeis matéria-prima importante. Apesar de a análise visar a objetivos distintos, o trabalho do auditor é reconhecido como de grande utilidade para os demais usuários da informação contábil, inclusive para o supervisor”.

Quais avanços o senhor destacaria como mais relevantes no âmbito da regulação do SFN nos últimos anos?

Destaco diversas iniciativas, como a aderência ao Acordo de Basileia; a previsão de novos instrumentos de captação como a Letra Financeira, a Letra de Crédito Imobiliário, a Letra de Crédito do Agronegócio, os Certificados

de Operações Estruturadas; a regulação dos arranjos e instituições de pagamento; as regras de transparência e adequação de produtos e serviços financeiros (tarifas, ouvidoria, *suitability*); e a regulação atinente à política de responsabilidade socioambiental.

Há também importantes modificações no arcabouço contábil, de controles

internos e de auditoria aplicável às instituições financeiras, entre as quais se destacam as normas internacionais de contabilidade (IFRS) para as demonstrações consolidadas, a aderência às normas internacionais de auditoria, a exigência de controles internos compatíveis com as atividades e operações realizadas, bem como a emissão de importantes marcos



normativos relacionados à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao registro e avaliação de instrumentos financeiros e derivativos, entre outros.

Qual é o papel da regulação prudencial e das práticas de supervisão do Banco Central para a solidez do sistema financeiro?

Entre as ações necessárias para a solidez do SFN estão a identificação e a avaliação, de maneira eficiente e tempestiva, de riscos que possam ameaçar a estabilidade sistêmica. Insere-se, nesse contexto, o aperfeiçoamento contínuo da regulação prudencial e da supervisão de instituições financeiras, a cargo do Banco Central (BC), acompanhando a evolução e a inovação dos mercados, para maximizar a mitigação de tais riscos.

A ação da autoridade supervisora

é fundamentada cada vez mais em avaliação precisa, abrangente e prospectiva do sistema, e na adoção, sempre que necessário, de medidas preventivas ou corretivas.

O aperfeiçoamento do papel do BC como autoridade supervisora se relaciona, inclusive, ao alinhamento da regulação prudencial e da supervisão às melhores práticas internacionais. Nesse sentido, destaca-se a continuidade dos esforços para implementação, no Brasil, das recomendações de Basileia III, editadas pelo Basel Committee on Banking Supervision (BCBS), com o objetivo de aumentar a resiliência do SFN e amparar o desenvolvimento econômico sustentável.

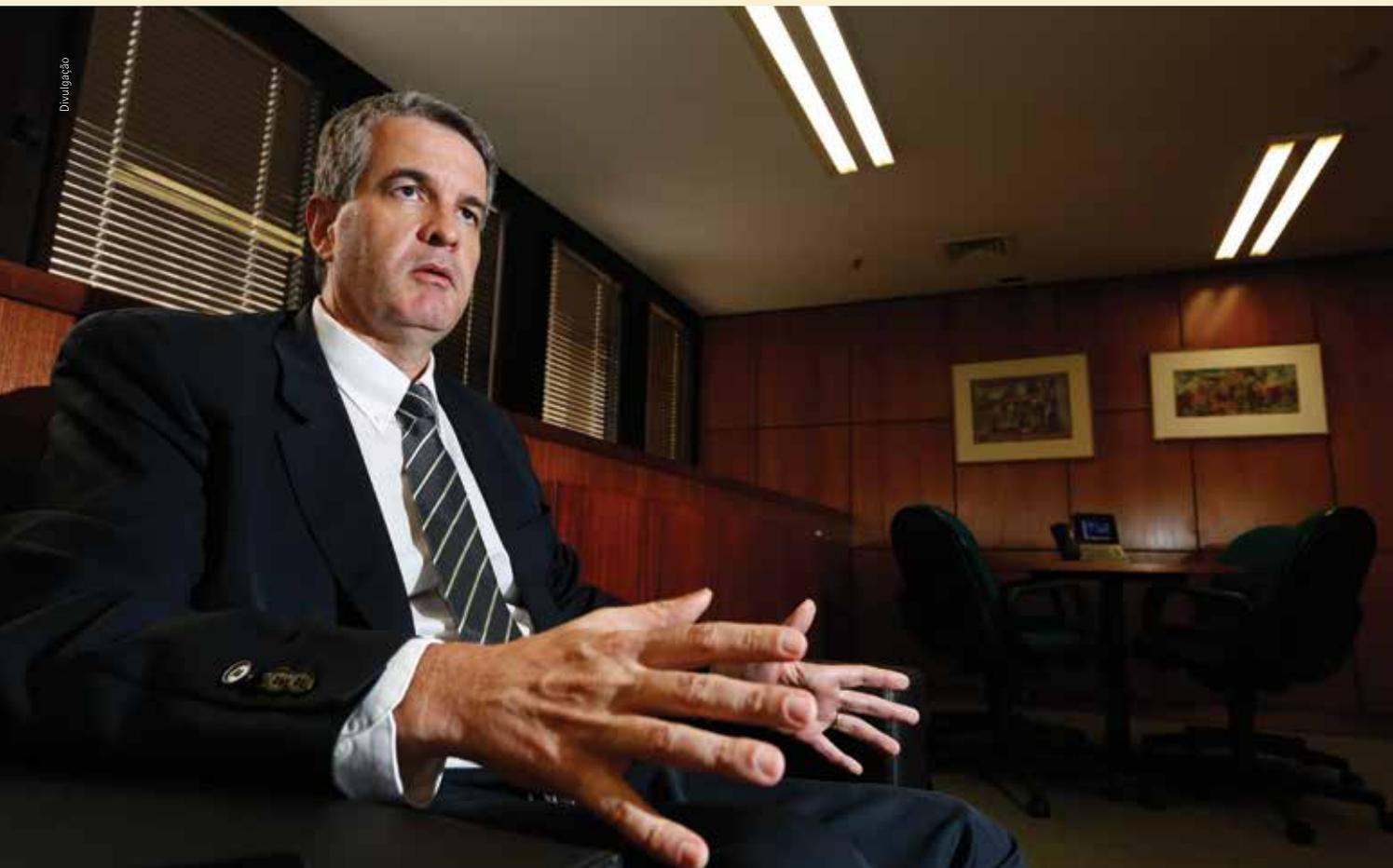
Em qual estágio o Brasil se encontra na adoção das recomendações do acordo de Basileia III?

Nos últimos anos, o BC vem internalizando as recomendações de

O TRABALHO DO AUDITOR É RECONHECIDO COMO DE GRANDE UTILIDADE PARA OS DEMAIS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL, INCLUSIVE O BC

Basileia III voltadas ao fortalecimento da estrutura de capital, inclusive com a adoção de montantes suplementares de capital. Foram introduzidos o indicador de liquidez de curto prazo e a razão de alavancagem, seguindo a metodologia e o cronograma acordados pelo BCBS.

Destaca-se, ainda, recomendação do BCBS destinada à mensuração e ao controle das grandes exposições. O Brasil já aplica tratamento específico ao



A AUDITORIA EXTERNA E O BC TÊM NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS MATÉRIA-PRIMA IMPORTANTE

risco de concentração de exposições, cuja metodologia se assemelha ao modelo recomendado, necessitando apenas de ajustes pontuais para total enquadramento, inclusive quanto aos requisitos de divulgação de informações relacionadas ao cumprimento do limite estabelecido.

Como o senhor avalia a convergência integral das instituições financeiras às normas internacionais (IFRS)?

Excelente pergunta. É uma ótima oportunidade para esclarecermos os compromissos assumidos pelo BC com o Comunicado nº 14.259, em março de 2006, e o estágio em que nos encontramos.

Naquela oportunidade, o BC assumiu publicamente dois compromissos: realizar um diagnóstico para identificar as necessidades de convergência e editar normativos objetivando a adoção de procedimentos para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas em consonância com os pronunciamentos do International Accounting Standards Board (Iasb), a partir de 31 de dezembro de 2010. O compromisso de convergência com as normas internacionais de contabilidade, portanto, já foi plenamente cumprido. A adoção de procedimentos para a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas,

segundo o padrão IFRS, está em vigor desde a emissão da Resolução nº 3.786, de 2009.

Cabe ressaltar que as normas internacionais foram concebidas para serem aplicadas às demonstrações contábeis consolidadas, entendimento explicitado pelo próprio Iasb, no atual texto, em consulta pública, de seu Conceptual Framework. Assim sendo, é claro o entendimento de que a convergência integral a essas normas deve ocorrer nesse nível de reporte financeiro. Não obstante o atendimento do compromisso externado por meio do Comunicado 14.259 encontra-se em curso processo de redução das assimetrias entre as demonstrações contábeis individuais (padrão Cosif) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

(CPC). Nesse processo, a avaliação do regulador financeiro pode resultar em recepção integral dos pronunciamentos do CPC, emissão de norma proprietária, por meio da qual são recepcionados parcialmente critérios e procedimentos previstos na norma internacional, ou mesmo a não incorporação de critérios e procedimentos quando entendermos que esses não se aplicam ou mesmo que não estão alinhados às preocupações inerentes ao regulador/supervisor do SFN.

Portanto, considero que a regulação contábil aplicável ao sistema financeiro brasileiro se encontra alinhada às melhores práticas internacionais.

De que forma a auditoria independente pode contribuir com os objetivos do BC, como assegurar a solidez do SFN?

A auditoria externa e o supervisor do SFN têm nas informações contábeis matéria-prima importante. Apesar de a análise visar a objetivos distintos, o trabalho do auditor é reconhecido como de grande utilidade para os demais usuários da informação contábil, inclusive o supervisor.

Outro ponto importante refere-se à avaliação do controle interno e o destaque de eventuais deficiências. O desenvolvimento de canais eficientes de comunicação entre o auditor e o supervisor é apontado como um mecanismo relevante para melhorar a eficiência do processo de supervisão, inclusive no âmbito das recomendações do Comitê de Basileia.

O senhor pode nos falar sobre os desafios do BC na introdução das novas tecnologias de acesso ao sistema?

O assunto novas tecnologias está despertando a atenção dos reguladores dos mercados financeiros e de capitais, particularmente em

função de sua rápida evolução e dos desafios associados.

Sob a ótica do SFN, novos atores e modelos de negócio acessam áreas como sistema de pagamentos e extensão de crédito. Cabe ao regulador acompanhar a evolução tecnológica e envidar esforços para identificar eventuais ações necessárias à adequada oferta de produtos e serviços financeiros. Mecanismos inovadores têm o potencial de trazer grandes benefícios, inclusive no que se refere à redução de custos e preços, à maior conveniência e melhoria do serviço, à facilitação do acesso a serviços financeiros e à maior competição na prestação desses serviços.

Entretanto, há riscos inerentes às atividades relacionadas a serviços do gênero que necessitam ser corretamente dimensionados e mitigados. A eventual fragilidade desses novos esquemas, se relevantes, pode gerar riscos ao sistema financeiro e prejuízos à economia, dada a intrínseca relação entre as plataformas financeiras e de pagamentos.

No Brasil, o ambiente de cooperação institucional permitiu, com o apoio do BC, disciplinar, na forma da Lei nº 12.865/2013 e regulamentação infralegal, a prestação de serviços inovadores de pagamentos com base em princípios como simplicidade (facilidade de uso); universalidade (serviço prestado por operadora de telefonia móvel, banco ou instituição); interoperabilidade; competitividade, com equilíbrio em termos de custo e eficiência; agilidade; integração à infraestrutura do sistema de pagamentos brasileiro; e transferência P2P (pessoa a pessoa), P2B (pessoa a negócio) e G2P (governo a pessoas).

A Resolução 4.327 dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na implementação da Política de

Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras. Qual a importância dessa política?

O tema responsabilidade socioambiental de instituições financeiras se faz presente na agenda regulatória nacional. As razões principais decorrem da percepção de que as instituições financeiras estão sujeitas a perdas em decorrência do inadequado gerenciamento de riscos socioambientais.

Nesse sentido, a importância da resolução consiste na promoção de melhores práticas de avaliação de risco e de aperfeiçoamento nas estruturas de governança, o que traz evidentes impactos positivos na eficiência e solidez das instituições financeiras.

Outra externalidade positiva que pode decorrer dessa regulação refere-se à alocação mais eficiente de recursos para entidades ou empreendimentos comprometidos com boas práticas socioambientais.

Aproximação

Otávio Damaso recebeu Idésio Coelho, presidente do Ibracon, Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional, e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Instituto, na sede do Banco Central, em Brasília, dia 9 de setembro.

Sílvia Marques de Brito e Silva, chefe do departamento de Regulação Financeira do BC, também participou do encontro, que discutiu, entre outros temas, a possibilidade de realização de eventos conjuntos para os profissionais e representantes do BC, as principais mudanças no Novo Relatório do Auditor Independente e a convergência às normas internacionais de Contabilidade.

“A aproximação com os reguladores é muito importante para a profissão e o mercado”, avalia Idésio Coelho. ✓

Defensores do bem comum

CONTROLADORIAS COORDENAM ESFORÇOS PARA PREVENIR E COMBATER A CORRUPÇÃO

O Brasil vem dando importantes passos no combate às fraudes e à corrupção. Muitos esforços se somam em direção à conduta ética, responsável e íntegra, tanto no universo corporativo quanto na esfera pública. Para as empresas, públicas ou privadas, é vital adotar mecanismos que protejam sua imagem de ranhuras que possam afastar investidores ou, até mesmo, tirá-las do mercado. Nesse contexto, o papel das controladorias de todas as esferas – União, Estados e municípios – tem sido fundamental.

“Desde 2003, o Brasil atua com determinação e firmeza para combater a corrupção e seus reflexos na condução das políticas públicas. Desde então, os órgãos de defesa do Estado responsáveis pela prevenção e pelo combate à corrupção foram largamente fortalecidos e passaram a atuar de forma coordenada. A Controladoria-Geral da União (CGU), como típica agência anticorrupção, encontra-se no centro dessa articulação e tem merecido crescente reconhecimento, tanto da sociedade brasileira quanto dos organismos internacionais dedicados a essa matéria”, sustenta Valdir Simão, ministro-chefe da CGU.

Vinculada diretamente à Presidência da República, a CGU é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Governo Federal, sendo responsável, também, pelas funções de correição, de ouvidoria e de prevenção e combate à corrupção. Suas ações envolvem desde a orientação aos gestores, para o aperfeiçoamento da administração, até as medidas repressivas aos atos de improbidade e corrupção.



VALDIR SIMÃO

ÓRGÃOS DE DEFESA DO ESTADO ESTÃO MAIS FORTALECIDOS

O incremento da transparência, o incentivo ao controle social dos gastos do Governo Federal e o uso estratégico da informação por parte da Administração são elementos centrais do trabalho da Controladoria. Por outro lado, a CGU tem buscado, cada vez mais, a integração entre os diferentes órgãos de defesa do Estado, bem como entre



ROBERTO PORTO

CONTROLADORIAS PERMITEM QUE O CIDADÃO EXERÇA O CONTROLE SOCIAL

diversos organismos e instituições internacionais, visando à formulação de novas estratégias para o enfrentamento de um problema que afeta todos os países.

“O complexo desafio de combater a corrupção exige investimento constante no aprimoramento dos instrumentos disponíveis, mas, sobretudo, demanda ações para atrair a participação da sociedade, que deve ser vista como principal parceira nesse esforço e primeira beneficiária de seus resultados”, defende o ministro.

O controlador-geral do município de São Paulo, Roberto Porto, concorda. Para ele, as controladorias municipais desempenham papel de máxima relevância. “O grande legado das controladorias é a capacidade de promover a transparência e permitir que o cidadão exerça o controle

social. Só com transparência nós podemos combater efetivamente um dos maiores problemas sociais que é a corrupção dentro da área pública”, diz Porto.

Ele também destaca que, atualmente, as controladorias, municipais, estaduais, distrital e da União, se articulam diretamente ou por intermédio do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que promove o intercâmbio de conhecimento, práticas e informações.

Para o advogado José Alexandre Buaz Neto, especialista em Direito da Concorrência e sócio do escritório Pinheiro Neto, o papel das controladorias municipais e estaduais é complementar ao da Controladoria-Geral da União e ao de outros órgãos de controle. “É certamente recomendável e importante a

articulação entre tais órgãos para fortalecer as investigações e a troca de experiências. De fato, o aprendizado com investigações bem-sucedidas pode ser usado em outras investigações. E a articulação entre os órgãos amplia essa troca de experiências. Além disso, a troca de informações entre órgãos pode ser muito útil para dar eficiência e reduzir os prazos de investigações”, analisa.

Ele sustenta que a fiscalização da atuação de entes públicos é fundamental. As controladorias têm o importante papel de verificar o que ocorre nos órgãos e investigar eventuais infrações. Por outro lado, também são muito importantes para o aconselhamento e implantação de políticas que tenham por objeto evitar infrações e assegurar a atuação de forma transparente de órgãos estatais.

Programas de integridade ajudam a reduzir riscos corporativos

É consenso entre os entrevistados que um dos principais marcos no esforço conjunto de combate à corrupção é a Lei nº 12.846/2013. Também conhecida como lei anticorrupção, ela responsabiliza, objetivamente, as empresas envolvidas em atos lesivos à administração pública e cria parâmetros de integridade em suas relações com o Governo.

“A corrupção tem dois lados e ambos devem ser punidos. Até agora, não se deu a devida atenção ao corruptor ativo, mantendo-se o foco apenas no funcionário público corrompido. É claro que o funcionário deve ser punido, não é por outra razão que cerca de 5,4 mil agentes públicos já foram demitidos da administração federal nos últimos dez anos por atos relacionados à corrupção”, ilustra o ministro Valdir Simão.

Segundo ele, a lei também cumpre o papel de incentivar as empresas a impedir que seus funcionários pratiquem ilícitos, por meio da adoção de mecanismos e programas de *compliance*.

“O fato de a lei instituir a responsabilização objetiva da pessoa jurídica, nas esferas cível e administrativa, permitirá ao Poder Público alcançar a empresa e seu patrimônio, sem depender da individualização de responsabilidades. As sanções previstas pela lei, com



JOSÉ ALEXANDRE BUAIZ NETO

LEI ESTIMULA EMPRESAS A ADOTAREM POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

multas de até 20% do faturamento bruto e impedimento de receber benefícios fiscais, são severas e dissuasivas”, diz.

O ministro lembra, ainda, que a lei anticorrupção institui no Brasil a responsabilização de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública estrangeira, compromisso assumido pelo País perante a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE) contra o suborno transnacional.

“Assim, o Brasil passa a dispor de arcabouço legal mais robusto e capaz de coibir a corrupção de forma mais abrangente e efetiva. Esse conjunto de fatores trazidos pela nova lei promove maior confiança no mercado brasileiro, atrai investidores e gera desenvolvimento”, acrescenta o ministro Valdir Simão.

AMBIENTE MAIS ÍNTEGRO DEPENDE DA CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE SETORES PÚBLICO E PRIVADO

É o que pensa também o controlador-geral do município de São Paulo, Roberto Porto. “Com o advento da lei, as empresas que não têm programas de integridade passaram a instituí-los, para mitigar as possibilidades de atos lesivos. E as que já tinham passaram a aperfeiçoá-los”, avalia.

Porto enfatiza que a Lei nº 12.846 apresenta um significativo rol de atos lesivos e penalidades expressivas, tais como multa, publicação na mídia da decisão condenatória, perda de bens, direitos ou valores, suspensão ou interdição das atividades, dissolução da pessoa jurídica e proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos, entidades públicas ou instituições financeiras públicas ou de controle público.

Acordos de leniência

Os entrevistados avaliam que a nova lei tem o relevante papel de estimular as empresas a adotarem políticas capazes de prevenir e punir eventuais atos ilícitos. E chamam a atenção para o fato de que os programas de integridade corporativa podem ser ferramentas essenciais para as

companhias que optarem por assinar acordo de leniência com o Governo, uma vez que ajudam a identificar indivíduos envolvidos na infração e a prover informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração. Essa é uma das exigências impostas pela lei para celebração do acordo.

“A celebração do acordo poderá ocorrer apenas com a primeira empresa envolvida em determinado ilícito que manifestar interesse em cooperar com a investigação, que deverá cessar imediatamente seu envolvimento com os atos ilícitos e admitir sua participação, além de cooperar efetivamente com as investigações”, reforça o controlador-geral do município de São Paulo, Roberto Porto.

O advogado José Alexandre Buaziz Neto destaca o aspecto psicológico do acordo de leniência. “Esse instrumento é utilizado em vários países e serve para a obtenção de provas às quais o Estado geralmente não teria acesso, além de criar instabilidade entre os praticantes de infrações, como cartéis e corrupção, pois eles sabem que um dos seus coparticipantes pode delatá-los no futuro.”



Para ele, a lei anticorrupção é extremamente importante, pois internaliza no Brasil instrumentos já utilizados em diversos outros países, que, ao reduzir práticas ilícitas, colaboram para criar um ambiente de negócios mais transparente e sadio.

“A interpretação dos dispositivos da lei se dá na medida em que ela vai sendo utilizada e, a cada dia, tem-se mais segurança sobre a sua implementação”, conclui o especialista.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE PODE SER ESSENCIAL PARA A EMPRESA QUE OPTAR PELO ACORDO DE LENIÊNCIA

Empresa Pró-Ética incentiva ambiente de negócios mais saudável

Na análise do ministro-chefe da CGU, Valdir Simão, o fortalecimento de um ambiente mais íntegro, ético e transparente depende da conjugação de esforços entre os setores público e privado.

A título de exemplo de iniciativas de esforços conjuntos ele cita o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade (Empresa Pró-Ética), que incentiva as empresas a adotarem voluntariamente mecanismos capazes de prevenir, detectar e solucionar casos de corrupção, desvios e fraudes, bem como reconhecer as melhores práticas de *compliance* por meio de programas de integridade empresarial.

Criado em 2010 pelo Instituto Ethos e pela CGU, o cadastro foi recentemente reestruturado e adaptado à Lei nº 12.846. Entre as principais alterações, destacam-se a nova metodologia de

avaliação e a nova forma de divulgação das empresas que forem avaliadas positivamente pelo Comitê Gestor do Pró-Ética.

“Um ponto relevante dessa nova estrutura do Pró-Ética é que todas as empresas que participarem da avaliação receberão um relatório com a análise detalhada de suas medidas de integridade. Com isso, todas poderão aprimorar seus programas de integridade de acordo com a avaliação recebida e com as melhores práticas que serão divulgadas”, explica Jorge Alberto da Cunha Moreira, representante do Ibracon no Comitê Gestor do cadastro.

“O Ibracon participa do Comitê porque apoia iniciativas de fomento à adoção voluntária de condutas eticamente recomendáveis. Estamos no Pró-Ética desde o início. Nossa expertise em auditoria independente nos permite



CAIO MAGRI



JORGE ALBERTO DA CUNHA MOREIRA

EMPRESA PRÓ ÉTICA



contribuir com os demais membros do Comitê, principalmente no tocante a temas relacionados às boas práticas de governança”, assegura Cunha, com o aval do diretor-executivo do Instituto Ethos.

“A parceria com o Instituto tem sido muito importante para o sucesso do projeto”, afirma Caio Magri, ressaltando a pluralidade dessa nova versão do cadastro, que ampliará o acesso para além das grandes corporações.

“As empresas estão muito interessadas, curiosas para conhecer o programa. A expectativa é que o número de inscritos cresça e que o perfil das empresas seja mais heterogêneo”, prevê Magri.

Segundo ele, as empresas que se inscreverem voluntariamente para integrar o cadastro mas não forem aprovadas receberão orientações sobre como melhorar seus processos. “É um método pedagógico. Ainda que não estejam no cadastro, as empresas receberão um conjunto de recomendações, ou seja, uma consultoria gratuita”, destaca Magri.

Valorização profissional

CONTABILIDADE E AUDITORIA
INDEPENDENTE SE FORTALECEM
COMO ÁREAS ESTRATÉGICAS
PARA AS COMPANHIAS



Dois estudos produzidos por empresas especializadas em recrutamento – a Page Personnel e a Robert Half – confirmam a percepção do mercado quanto à valorização dos profissionais da área de Ciências Contábeis, que já havia sido apontada por um levantamento do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

“No ano passado, atingimos a marca de 500 mil profissionais no Brasil. E, paralelamente a esse crescimento, o curso de Ciências Contábeis ficou entre os mais procurados pelos estudantes de graduação, ocupando a quarta colocação no *ranking* do ano passado”, afirma José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC.

Segundo levantamento da Page Personnel, em 2014 houve um incremento de 10% na contratação de analistas contábeis. O estudo aponta que essa continua sendo uma das vagas com maior procura.

Além do maior número de vagas, a profissão também registra bons índices de aumento salarial. O estudo Salary Guide, da Robert Half, mostra elevação de 13% na remuneração do cargo de analistas contábil/fiscal júnior, em 2015.

Essa valorização profissional vem crescendo desde a convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade



JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO



MARCELO SARTORI

e auditoria e, também, por conta da evolução dos modelos de boa governança das companhias.

E ela se dá, com ainda maior intensidade, nas firmas de auditoria independente, porque a função de auditor é muito específica.

“Os jovens formados em Ciências Contábeis saem das faculdades preparados, basicamente, para exercer a função de contadores. São as firmas que os formam para atuar como auditores independentes, porque essa é uma atividade exclusiva da nossa área”, analisa Marcelo Sartori, diretor de Recursos Humanos da PwC.

Nesse contexto, a contabilidade e a auditoria independente fortalecem cada vez mais seu papel de áreas estratégicas para as companhias brasileiras.

FIRMAS INVESTEM NA FORMAÇÃO DE AUDITORES

Desenvolvendo talentos

Para as firmas de auditoria, que recebem centenas de jovens todos os anos em seus programas de trainees, a valorização profissional vai além da remuneração.

Esta é uma área que há muito investe no desenvolvimento de seus profissionais como um valor agregado na prestação de serviços aos clientes. E não estamos falando apenas das gigantes globais. As Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) também encaram o capital humano como um fator crítico para o sucesso do negócio.

As firmas de auditoria, tanto as grandes quanto as pequenas e médias, têm planos de carreira que permitem a ascensão a cargos mais elevados. Muitos sócios e diretores ingressaram nas firmas como *trainees*.

“Na nossa área, as possibilidades de crescimento são muito grandes. Em uma pequena firma, por exemplo, que conta com equipes menores, o profissional não fica restrito a trabalhar em uma única área. Ele se depara com várias situações

que aceleram seu desenvolvimento e abrem portas para cargos mais elevados”, explica Paulo Cesar Peppe, sócio-fundador da Peppe Associados – Consultores & Auditores Independentes, que é membro do GT de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon e representa o Instituto na Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP)

“O complexo ambiente fiscal e tributário demanda investimentos crescentes em desenvolvimento profissional e qualificação dos trainees, além de reforço na educação e atualização continuada das equipes”, analisa Enio De Biasi, da De Biasi Auditores Independentes.

Segundo ele, a firma investe não apenas em conhecimento técnico, como também realiza ações visando ao desenvolvimento de competências e habilidades comportamentais, que incluem gestão do trabalho em equipe, liderança e administração do tempo. Conhecimentos que são

muito relevantes para a ascensão dos profissionais no plano de carreira das firmas.

“Temos uma visão bastante clara: estamos formando futuros encarregados, futuros gerentes e futuros sócios”, explica Cris Bonini, diretora de Gestão de Pessoas, Performance e Cultura da KPMG no Brasil.



ENIO DE BIASI



PAULO CESAR PEPPE

Cargos em alta



Fonte: Salary Guide 2015, da Robert Half

Educação é área estratégica

A educação é cada vez mais relevante não apenas na formação de profissionais, como em todo o ciclo de atualizações necessárias ao longo de suas carreiras. Entre as firmas de auditoria, de todos os portes, essa relevância é clara quando se analisa o volume de seus investimentos.

O Programa de Educação Continuada do Ibracon desempenha um papel muito importante nesse cenário. O Instituto realiza, em suas sete Seções Regionais, cerca de 120 cursos, palestras, seminários e fóruns, dos quais participam mais de três mil profissionais anualmente.

“Há anos, o Ibracon é referência nacional no desenvolvimento profissional dos auditores independentes, como capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)”, orgulha-se Idésio Coelho, presidente do Ibracon, lembrando que, a partir de 2016, a entidade passará a oferecer, também, uma grade de cursos especial

para contadores preparadores de demonstrações contábeis.

Os cursos, alinhados com as normas de ensino da International Federation of Accountants (Ifac), são desenvolvidos para atender à grande demanda, tanto por parte de profissionais como também de estudantes de Ciências Contábeis.

“Nossa atuação em Educação Continuada é reconhecidamente essencial, principalmente para as Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)”, finaliza Idésio Coelho.

Além da Educação Continuada do Ibracon, as firmas reforçam a qualificação de seus profissionais com programas internos.

“Nossa universidade corporativa, a Ernst & Young University (EYU), desempenha um papel essencial na busca pela excelência operacional, liderança de mercado, maximização dos investimentos em educação, aumento de qualidade dos serviços e, sobretudo, aceleração do

desenvolvimento profissional”, diz Sergio Citeroni, sócio da EY, autor do livro *Universidade corporativa: contribuições na formação de profissionais da área contábil no Brasil*.

Ele avalia que o investimento em educação é de aproximadamente 5% da receita total da EY Brasil. “No ano fiscal de 2014, a EYU registrou 40.073 participações, entre presenciais e on-line, totalizando 292.817 horas de treinamento. Os investimentos em atividades de capacitação somaram R\$ 16,6 milhões no ano fiscal de 2014, com um aumento de 20% em relação ao período anterior”, conclui Citeroni.

Além da Deloitte Universidade Corporativa (DUC), a Deloitte também mantém um programa interno de formação. “São ações complementares. Contratamos em média 700 profissionais por ano. Os contadores e auditores ficam até três meses em treinamento antes de ir a campo. Todos recebem de 150 a 180 horas anuais de treinamento”, diz Wagner Alves, sócio da Deloitte.

Resultados do Ibracon



IDÉSIO COELHO



Fonte: Ibracon – dados com base no ano de 2014.

A PwC desenvolve o programa de educação corporativa PwC Executive Education. “Queremos um auditor com a nossa cara e o PwC Executive Education nos garante isso. Ele trabalha a excelência técnica e o desenvolvimento de competências fundamentais para os nossos auditores, como liderança e relacionamento”, analisa Marcelo Sartori, diretor de Recursos Humanos da PwC.

A KPMG promove o desenvolvimento de seus profissionais por meio da KPMG Business School e também com parcerias com diversas universidades, totalizando 253 mil horas em treinamentos.

“Oferecemos um conjunto consistente de habilidades e competências contábeis e financeiras fundamentadas no profundo conhecimento do segmento de mercado de cada cliente. A auditoria vem passando por um processo de transformação e a KPMG Business School desenvolve os profissionais para estarem preparados para os desafios e mudanças”, explica Cris Bonini, diretora de Gestão de Pessoas, Performance e Cultura da KPMG no Brasil.



VAGNER RICARDO ALVES

CURSOS TAMBÉM DESENVOLVEM HABILIDADES COMPORTAMENTAIS



SERGIO CITERONI



CRIS BONINI

Mais atrativos

Além do contínuo investimento em desenvolvimento profissional, as firmas de auditoria de todos os portes também oferecem diversos outros atrativos, que variam desde subsídio para faculdades e cursos de idiomas até pós-graduação e MBA.

Muitas firmas participantes de redes globais contam, ainda, com programas de mobilidade que garantem períodos de experiência em escritórios de países de todos os continentes.



Os principais conteúdos do Ibracon sempre ao seu alcance

O Ibracon disponibiliza aos seus associados os principais conteúdos sobre o mercado e a profissão, em computadores, tablets e smartphones.

Baixe o IDR – Ibracon Digital Reader e tenha acesso a materiais exclusivos.



Ainda não é associado ao Ibracon?

Acesse: www.ibracon.com.br e consulte sua Seção Regional para ter acesso irrestrito a todos os benefícios oferecidos pelo Ibracon.

Não associados também podem baixar o IDR gratuitamente e visualizar as últimas edições da Revista Transparência.



O Ibracon está presente em multiplataformas para levar informação de forma rápida e prática. Compatível com os sistemas operacionais: Windows, IOS X, Linux, Android e IOS.

www.ibracon.com.br/idr

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



5ª Conferência do Ibracon

A 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil foi um sucesso. O evento cresce a cada edição e se consolida como referência para o desenvolvimento dos profissionais da contabilidade e da auditoria independente graças à qualidade dos debates que promove.

“Nossa Conferência tratou de temas importantes para o aprimoramento, atualização e capacitação dos profissionais que nos honraram com suas presenças. Tratamos de governança, prevenção a fraudes, regulação da profissão, ética no ambiente de negócios, atualidades das normas internacionais, questões tributárias e mercado de capitais”, lembra Idésio Coelho, presidente do Ibracon. Para ele, os debates promovidos pela Conferência foram muito pertinentes neste momento difícil para o País, porque estimularam uma reflexão profunda sobre a conjuntura e as soluções para a retomada do crescimento econômico.

“Dada sua relevância para auditores independentes de firmas de auditoria de todos os portes, os temas abordados permanecem na agenda do Ibracon, que há 44 anos trabalha em prol da sociedade brasileira e do mercado em que atuamos”, assegura Idésio Coelho.

Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), representando o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, afirmou, em seu discurso, que a Conferência do Ibracon já é um evento do calendário oficial do sistema CFC/CRC. “Desde sua primeira edição, em 2011, a Conferência do Ibracon lança luzes sobre assuntos de grande importância tanto para os profissionais quanto para as instituições públicas e privadas, governos e sociedade. Reconhecido pela grande capacidade técnica, o Ibracon construiu, em seus 44 anos, uma história admirável de vitórias e muito trabalho em prol da contabilidade e da auditoria independente, além de um honroso prestígio político no cenário nacional”, disse Breda.

A 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente contou com o apoio do CFC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do patrocínio da empresa Datev e do Sescon-SP e Aescon-SP.

Acompanhe, nas próximas páginas, a cobertura completa da 5ª Conferência do Ibracon.

Caso tenha participado do evento, baixe o **Ibracon Digital Reader (IDR)**, leitor exclusivo do Ibracon, e acesse as apresentações dos painelistas e palestrantes.

O IDR permite a leitura de publicações adquiridas na Loja Virtual do Ibracon e demais conteúdos disponibilizados gratuitamente ou a preços especiais pelo Instituto para profissionais de contabilidade e auditoria independente, associados ou não ao Ibracon.

Acesse www.ibracon.com.br/IDR e baixe o aplicativo gratuitamente.



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Andréia Teixeira



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Su Statthopoulos



Ibracon/Andréia Teixeira





Lei anticorrupção



ERONIDES APARECIDO DOS SANTOS, FRANCISCO DE PAULA DOS REIS JÚNIOR, WANDERLEY OLIVETTI, RICARDO LIÃO E LUIZ FERNANDO NÓBREGA

Participando pelo segundo ano consecutivo da Conferência do Ibracon, Eronides Aparecido dos Santos, promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do Estado de São Paulo, tratou das leis de prevenção à lavagem de dinheiro (nº 9.613/98) e anticorrupção (12.846/13).

“Os profissionais da contabilidade exercem uma função pública. Sem os senhores não haveria ordem econômica, não haveria sistema financeiro nem mercado de capitais”, disse o promotor.

Segundo ele, por conta desse relevante papel, os profissionais da contabilidade foram incluídos entre as categorias obrigadas a comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) indícios ou fatos relacionados à prática de crimes de lavagem de dinheiro.

Ele assegurou que, nesta comunicação, não há quebra de sigilo. “O sigilo existe apenas em relação a terceiros. A lei trata de informações relevantes a serem comunicadas à autoridade competente, por meio de um canal de comunicação direto com o Coaf”.

Ricardo Lião, secretário-executivo do Coaf, falou da atuação do órgão, lembrando que o Brasil tem acordos e tratados internacionais sobre o tema.

“A lei protege os profissionais de situações que possam ser utilizadas por aqueles que tenham intenção de ocultar ou dissimular eventuais procedimentos relacionados à lavagem de dinheiro.”

Francisco de Paula dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças do Ibracon Nacional, mediador do painel, comentou a demanda gerada pelas leis em termos de regulamentação específica por parte do Conselho Federal de



RICARDO LIÃO

Contabilidade (CFC). E Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tratou da Resolução CFC nº 1.445/2013.

Wanderley Olivetti, ex-coordenador da CNNT do Ibracon, discorreu sobre o Comunicado Técnico 01/14, do Ibracon, que orienta os auditores independentes sobre as comunicações ao Coaf.

Orientações

Wanderley Olivetti detalhou as orientações sobre as responsabilidades do auditor independente em relação a fraudes:

- Caso o auditor tenha identificado a existência de fraude ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, deve comunicar esses assuntos, tempestivamente, para a pessoa de nível apropriado da administração que tem a responsabilidade de prevenir e detectar fraudes em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades (item 42 da NBC TA 240);
- Quando confirma ou não está em condições para concluir se as demonstrações contábeis contêm distorções relevantes decorrentes de fraude, o auditor deve avaliar as implicações para a auditoria (itens A37 e A53);
- Se, como resultado de uma distorção

decorrente de fraude ou suspeita de fraude, o auditor encontrar circunstâncias excepcionais que coloquem em dúvida sua capacidade de continuar a realizar a auditoria, ele deve seguir os procedimentos descritos na NBC TA 240;

- O auditor deve obter representações da administração (NBC TA 580) e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança sobre questões específicas relativas à fraude (NBC TA 240, itens 39, A58 e A59);
- Outros trabalhos de revisão realizados de acordo com as normas NBC TR 2400, NBC TR 2410, NBC TO 01 e NBC TO 3420 também incluem requisitos e procedimentos sobre risco de distorções causadas por fraude;
- Em caso de eventual suspeita de fraude, compete à administração da entidade e aos responsáveis pela

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR

governança efetuar uma investigação dos fatos ou alegações. Essas investigações envolvem análises robustas e conclusivas e, geralmente, requerem a participação de especialistas na execução de procedimentos de auditoria forense, que não podem ser confundidos com os trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis;

- O auditor não poderá concluir seus trabalhos antes que a administração e os níveis de governança tenham suas próprias conclusões embasadas pelas análises realizadas pela própria administração e governança, com auxílio ou não de especialistas em auditoria forense;
- Os auditores devem avaliar as informações e documentos existentes, os trabalhos efetuados pela administração da entidade na condução de suas análises em casos de suspeitas, incluindo, quando aplicável, também as projeções elaboradas pela administração da entidade sobre a capacidade de continuar suas operações, no curso normal dos negócios. Em função do assunto específico de cada entidade, o auditor deve, como parte dos seus procedimentos de auditoria, avaliar a adequação das divulgações em notas explicativas e, dependendo da situação, avaliar se o seu relatório deverá ser modificado ou incluir parágrafo de ênfase, conforme previsto na NBC TA 706. ✓



WANDERLEY OLIVETTI



Governança e prevenção: linhas de defesa contra a fraude

CULTURA DE RESPONSABILIDADE PRECISA ESTAR INCORPORADA NO COTIDIANO DAS EMPRESAS

Um dos painéis mais concorridos da 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon foi o de *Governança e Prevenção à Fraude*, que teve como moderador Francisco Maldonado Sant'Anna, diretor de Comunicação do Instituto.

"As fraudes não são necessariamente sofisticadas. Falsifica-se o mais frágil, o mais inseguro. Jamais diga nosso sistema é seguro, a fraude é impossível. Nem que ela envolve pequenos valores e que, portanto, os prejuízos estão sob controle", afirmou Sant'Anna, na abertura do painel.

Luciana Dias, diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contextualizou: "A crise de 2008 impulsionou a retomada do debate internacional sobre governança". Segundo ela, diferentes entidades multilaterais analisaram os fatores que desencadearam os eventos que abalaram a economia norte-americana. E, ao longo dos últimos seis anos, discutem como a boa governança pode auxiliar a retomada de crescimento das nações.

"A primeira constatação foi que o crescimento não viria das formas tradicionais com as quais estávamos acostumados a lidar", explicou a diretora da CVM. Portanto, acrescentou, não se tratava mais de abordar a governança de uma maneira tradicional.

No cenário pós-2008, os estudos mostraram que o crescimento ou viria de pequenas e médias empresas (PME) ou de estruturas alternativas de capital, como *private equity* e *venture capital*, ou dos países emergentes.

Segundo Luciana Dias, a indústria de

private equity é muito forte nos países maduros e as empresas que mais crescem são investidas por esses produtos financeiros. A diretora lembrou que, na CVM, um dos projetos mais importantes dos últimos anos foi o de PME, que promoveu uma série de alterações legislativas e isenção fiscal para investidores de pequenas e médias empresas.

Outra constatação foi que, nos países emergentes, a estrutura de capital conta com muitas empresas estatais. Daí que a governança de estatais ganhou maior relevância a partir de 2009 e 2010. "Os demais *players* dos setores que contam com empresas estatais se preocupam. A confiança deles depende de saber se haverá *fair play*, a concorrência leal. O investidor não quer ficar sujeito a vontades políticas", disse Luciana Dias.

Por isso, segundo ela, o Brasil vive um momento de revisão dos códigos da boa governança, para sintonizá-los com os debates internacionais. "A lei anticorrupção nasce dessas discussões e resulta de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil", finalizou a diretora da CVM.



FRANCISCO MALDONADO SANT'ANNA

Fator humano

Para se desenhar qualquer estrutura de governança é preciso ter em mente o fator humano. De nada adiantam estruturas sofisticadas se a empresa não criar, também, uma cultura de ética, disseminada desde a alta administração, por todos os capilares da organização.

“Dependendo do tamanho da empresa e do seu volume de negócios, é um desafio gigantesco, que envolve muito treinamento. Mas é importante ter em mente que os controles internos, os programas de *compliance* e a disseminação de uma cultura absolutamente contrária à corrupção evitam uma hemorragia maior e reduzem as possibilidades de ocorrência de fraude corporativa estruturada”, afirmou Marta Viegas Rocha, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ela comentou, também, a revisão do Código de Governança do IBGC. “A nova versão tem uma preocupação



MARTA VIEGAS ROCHA

muito maior com os aspectos humanos, com os vieses cognitivos dos conselheiros, com a qualidade das discussões, com a composição do conselho de administração. O componente humano é muito mais difícil de se traduzir em regras. Ele não cabe em um simples *check list*”, garantiu.

Marta Viegas analisou que outra tendência mundial que já se verifica no Brasil é a do fortalecimento dos órgãos governamentais. “Já há um maior compartilhamento de informações entre a Polícia Federal, a Receita, a Controladoria-Geral da União e agências reguladoras, assim como tratados internacionais assinados pelo País”, disse.

Para ela, mesmo não sendo uma obrigação legal, a existência de programas de *compliance* é citada na lei anticorrupção como atenuante, em caso de multa por eventuais desvios. “Empresas foram inocentadas porque provaram que a fraude detectada era um caso

PROGRAMAS DE COMPLIANCE ATENUAM PENALIDADES DA LEI ANTICORRUPÇÃO

isolado e envolvia pessoas que tinham recebido muito treinamento ao longo dos anos”, contou Marta Viegas. Mas advertiu: não é qualquer programa de *compliance*. Ele deve ser bem estruturado e o decreto que regulamenta a lei anticorrupção determina que, para ser atenuante, o programa de *compliance* deve seguir padrões internacionais.

Anthero de Moraes Meirelles, diretor



ANTHERO DE MORAES MEIRELLES



LUCIANA DIAS

de Fiscalização e Regulação do Banco Central, garantiu que “a melhor forma de se atingir uma boa prevenção é criar um ambiente que não tolere a fraude. Esse é o principal desafio dos líderes, diretores, gestores, dos auditores internos, dos mecanismos de proteção”, assegurou.

Mas destacou que, do ponto de vista da supervisão do Banco Central, o desafio também não é pequeno.

“Cada vez mais saímos do modelo reativo, de correr atrás do prejuízo, e fortalecemos um sistema de supervisão proativo, verificando se a instituição zela pelas suas práticas, se ela conhece os seus riscos. O que hoje não é risco pode vir a se tornar e vice-versa. O risco é um alvo móvel, que exige permanente atenção e aperfeiçoamento das regras de controle e dos mecanismos de garantia da boa conduta”, ensinou o diretor do Banco Central.

Do ponto de vista prático, ele afirmou que o combate à fraude se desdobra em uma série de mecanismos. “As linhas de defesa têm várias camadas de proteção. A primeira delas se constrói no dia a dia: as pessoas responsáveis pelos processos de trabalho, pelas ações operacionais, devem ter a cultura de controle incorporada no seu cotidiano, com alçadas bem definidas de revisão e de garantia, sempre em função do risco de cada processo, de cada operação”, aconselhou.

Ele também destacou a importância da auditoria interna, que deve ser composta por funcionários sêniores, com conhecimento do negócio e não apenas de auditoria.

“Outra linha de defesa importante é o auditor independente, que garante um



VALDIR COSCODAI

AUDITOR GARANTE UM OLHAR CÉTICO, QUESTIONADOR

olhar cético, questionador”, finalizou o diretor do Banco Central.

Valdir Coscodai, do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb) da International Federation of Accountants (Ifac), lembrou que “o trabalho do auditor não é planejado com o objetivo fim de identificar fraudes”.

E endossou o que todos os painelistas afirmaram: a administração das companhias precisa ter sempre presente a importância de criar uma cultura de responsabilidade e de combate à fraude, tanto pela detecção quanto pela punição. ✓



Grandes demais para quebrar

BANCO CENTRAL EXPLICA OS ATRIBUTOS-CHAVE DE REGIMES EFETIVOS DE RESOLUÇÃO PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Toda empresa está sujeita a enfrentar problemas que levem à sua dissolução. O mesmo vale para as instituições financeiras, mas a crise de 2008 ensinou ao mundo que, quando elas são grandes demais e estão profundamente entranhadas no sistema financeiro das nações, a quebra pode ter sérias consequências.

“Os bancos trabalham em conjunto, dentro do sistema financeiro, que conta com uma grande conectividade. São várias composições, como em um trem. Retirar uma peça desse sistema pode acarretar descarrilamento”, explicou José Reynaldo Furlani, chefe de Gabinete da Diretoria de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural (Diorf) do Banco Central.

Lembrando o telefilme norte-americano *Too Big to Fail* (Grande Demais para Quebrar), baseado em um livro sobre a crise de 2008, iniciada com a falência do banco Lehman Brothers, Furlani afirmou que não pode haver bancos grandes demais para quebrar.

Furlani disse que o Brasil assumiu um compromisso com o G-20 e o Conselho de Estabilidade Financeira



JOSÉ REYNALDO FURLANI

(Financial Stability Board, FSB) para aprovar uma nova legislação para salvar ou liquidar bancos em dificuldades.

E explicou o que é conhecido no mercado como KA, ou Key Attributes of Effective Resolution for Financial Institutions (Atributos-Chave de Regimes Efetivos de Resolução para Instituições Financeiras), formatado para a retirada ordenada de instituições do sistema financeiro sem afetar o mercado nem consumir recursos dos contribuintes.

“A ideia não é salvar banco nem banqueiro. É manter o funcionamento da economia real, preservar as finanças públicas das crises bancárias. A solução do banco deve ser feita com recursos dos credores, com recapitalização interna.”

Segundo ele, o principal conceito é de que o dinheiro público seja usado para resgatar uma instituição financeira apenas depois que os acionistas e credores subordinados assumirem as perdas.

Uma das possibilidades para a estabilização da instituição financeira é a suspensão das operações, por período de tempo muito curto, com o afastamento total dos administradores. A autoridade de resolução, no caso o Banco Central, pode fazer a reestruturação societária, separando as partes boas das ruins. “Pode-se, inclusive, criar uma instituição de transição”, disse.

Todas as instituições importantes terão de ter um plano de recuperação e de resolução, que deve ser revisado anualmente. “Antes de ter problema, a instituição financeira já tem de dizer como vai resolver o problema, para que o Banco Central avalie se o plano é adequado”, finalizou Furlani. ✓



Desafio

BRASIL PRECISA VIABILIZAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, O QUE DEMANDA UM MERCADO DE CAPITAIS FORTE, PARA ATRAIR FONTES COMPLEMENTARES DE FINANCIAMENTO



Temos um desafio: ou trabalhamos ainda mais firmemente para fazer o mercado de capitais brasileiro subir de patamar, passando de 11º no *ranking* global para o 8º ou 7º do mundo, ou, se nada fizermos, corremos o risco de assistir à sua queda para o 15º ou 16º lugar.

O alerta foi feito, na palestra *Cenários e perspectivas do mercado de capitais*, pelo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, na abertura da 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon.

Destacando que o mercado de capitais é fator-chave do processo de desenvolvimento econômico e social das nações, ele advertiu que outros países estão trabalhando muito seriamente para fortalecer essas “fontes cada vez mais naturais, necessárias e complementares de financiamento”.

Para o presidente da CVM, essa percepção é ainda mais crítica no Brasil, especialmente por conta da nossa reconhecida necessidade de viabilizar projetos de infraestrutura, essenciais para a redução dos custos de produção e o aumento da competitividade e da produtividade da nossa economia, “sem falar na necessidade urgente de aprimorarmos as ferramentas

de apoio para que as pequenas e médias empresas (PME) cresçam e aumentem a resiliência da economia”.

Leonardo Pereira avaliou que o Brasil conta com fundamentos sólidos para que o mercado de capitais cresça e exerça seu papel fundamental. “Estou ciente de que o momento econômico afeta o processo de decisão dos investidores, sendo natural – e até esperado – que se verifiquem posturas mais cautelosas. Afinal, por definição, a confiança e a segurança são pilares dos mercados de capitais”, disse.

Neste cenário, segundo ele, todos os esforços genuínos visando à criação de uma atmosfera de credibilidade, que leve a um aumento da confiança do investidor, não serão efetivos sem um arcabouço legal regulatório e institucional de governança corporativa.

“Estou convicto de que parte significativa dos desacertos que deram origem à instabilidade atual poderia ter sido evitada ou mitigada com estruturas de governança mais blindadas e adequadas às características das companhias, dando ensejo a práticas gerenciais mais transparentes e consistentes”, afirmou Leonardo Pereira.

Auditoria: guardiã da credibilidade e integridade das informações financeiras

Agradecendo ao Ibracon o convite para participar da Conferência, o presidente da CVM avaliou que os temas abordados no evento “nos dão a certeza de que teremos boa oportunidade de refletir, discutir e evoluir nossas percepções sobre o papel que a contabilidade e a auditoria independente podem e devem desempenhar para a consolidação de um mercado de capitais mais sólido e transparente”.

Mas destacou que é preciso continuar a avançar na qualidade desse instrumento poderoso que são as demonstrações contábeis, “para permitir uma melhor percepção dos agentes em relação ao desempenho econômico, financeiro e social das empresas, o que tem impacto direto no seu valor de mercado e na sua capacidade de atração e captação de recursos”.

Segundo ele, a convergência ao padrão contábil internacional tem demandado dos profissionais da área conhecimentos mais profundos sobre o risco do negócio e sua estrutura societária. “Naturalmente, isso não é possível sem uma interação efetiva entre a administração da companhia e os profissionais e auditores responsáveis pela elaboração das informações que são disponibilizadas aos investidores”, disse.

Para Leonardo Pereira, um comitê de auditoria bem estruturado e com membros realmente independentes e

técnicos pode, mais do que cumprir sua função de assessorar o conselho de administração, ser uma verdadeira ponte entre a administração e os auditores e contribuir para a qualidade das informações produzidas, representando um ponto de conforto para o auditor e para a administração.

“Tenho de aproveitar a oportunidade dessa Conferência do Ibracon para destacar, uma vez mais, a importância de uma auditoria externa efetivamente independente e de qualidade para a segurança e a própria credibilidade do mercado. Como agente importante para assegurar a fidedignidade e integridade das informações financeiras, os auditores independentes não apenas trazem confiança aos investidores, como constituem, também, *gatekeepers*, funcionando como instância prévia de controle, sendo indispensáveis aliados da regulação, para assegurar o *compliance* com as normas”, disse.

Encerrando sua participação na 5ª Conferência do Ibracon, Leonardo Pereira insistiu em que os mercados de capitais são uma alternativa cada vez mais necessária e importante para o financiamento de longo prazo, especialmente nos países emergentes como o Brasil, dada a urgente necessidade de atrair novos potenciais investidores para nosso mercado, garantindo-lhes condições seguras de investimento.



LEONARDO PEREIRA

AUDITORIA GARANTE AMBIENTE EMPRESARIAL MAIS SEGURO

“Mas estamos conscientes dos desafios que o mercado enfrenta”, acrescentou, afirmando que, nesse contexto, “a divulgação de informações tempestivas e precisas, a existência de mecanismos de controles internos eficientes e adequados, além de uma atuação efetivamente independente dos auditores, são fatores essenciais e devem ser priorizados na consolidação de um ambiente empresarial mais seguro, responsável, transparente e eficiente”, concluiu. ✓



Prioridades para as FAPMP

Convidado internacional da 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, Christopher Arnold, gerente Técnico para Assuntos de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da International Federation of Accountants (Ifac), apresentou os resultados da Ifac Global SMP Survey 2014, a Pesquisa Global sobre Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), que contou com a participação de um número recorde de participantes: 5.083 profissionais, de 135 países.

Na Conferência do Ibracon, Arnold enfatizou os resultados específicos colhidos junto às firms da América do Sul, América Central e do Caribe.

“Um dos objetivos da nossa pesquisa é mapear as prioridades estratégicas das FAPMP e de seus potenciais clientes, as PME, de modo a apontar caminhos e nortear as ações da Ifac”, explicou.

Ele comparou os resultados obtidos nas Américas do Sul e Central e no Caribe com os dos demais países, principalmente em relação à forma como têm lidado com os desafios.

“Aqui, os principais desafios que as FAPMP enfrentam são acompanhar leis e regulamentos (68%), atrair novos clientes (66%), permanecer atualizadas frente às novas tecnologias (65%) e diferenciarem-se da concorrência (65%)”, enumerou.

Nos demais países, esses mesmos desafios foram apontados como os mais preocupantes por um número menor de firms, que girou em torno de 58%.

Outro resultado da pesquisa a ser analisado com atenção pelos gestores das FAPMP trata dos desafios que devem ser esperados nos próximos cinco anos. “O ambiente regulatório vai continuar preocupando as firms dessas três regiões e foi apontado por 58% dos respondentes. Mas é importante destacar a preocupação de 55% dos pesquisados em relação aos avanços tecnológicos”, alertou Arnold.

Os entrevistados também apontaram quais tecnologias mais os preocupam em um horizonte de cinco anos, tendo em vista os impactos que podem acarretar às suas firms.

“Os softwares e ferramentas de análise de dados, atrelados diretamente à inteligência dos negócios, foram citados como os que vêm sendo considerados com mais atenção por 56% dos respondentes. Outros 48% e 46%, respectivamente, citaram os softwares e ferramentas de gestão de documento (CRM) e a computação em nuvem”, explicou.



MARCELO GUERRA



CHRISTOPHER ARNOLD



RICARDO RODIL

Filiação a redes

Na América Central, do Sul e Caribe, 26% das FAPMP pertencem a uma rede (12%), associação (11%) ou aliança (3%). E 35% cogitam filiar-se a uma, expectativa só superada no Oriente Médio, onde 40% dos entrevistados informaram que pensam em filiação.

Mudanças em ritmo acelerado

Como parte do desenvolvimento da estratégia da Ifac para 2016-2018, a entidade realizou um fórum com importantes órgãos-membros, com a participação do cientista social James Canton, presidente do Institute for Global Futures, ex-executivo da Apple Computer, considerado um visionário quando se trata de tendências e tecnologias.

Arnold relatou aos participantes da 5ª Conferência do Ibracon que, segundo os estudos de James Canton, o mercado futuro para as FAPMP será de inovações aceleradas.

“Canton acredita que as empresas enfrentarão, cada vez mais, um ambiente de negócios marcado por mudanças sem precedentes. E isso diz respeito não apenas aos clientes como também às próprias firmas de contabilidade e auditoria”, afirmou Arnold.

No fórum da Ifac, James Canton apresentou o *paper The CPA of the Future* (O CPA do Futuro), com pesquisas realizadas nos Estados Unidos, patrocinadas pela CPA.com, subsidiária do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA).

“O estudo descreve uma série de descobertas fascinantes, às vezes surpreendentes, que apontam para um ritmo impiedoso das mudanças e perturbações nos negócios e na contabilidade. Essas mudanças e perturbações tenderão a transformar o modo como vendemos, comercializamos, comunicamos,



MONICA FOERSTER

colaboramos, inovamos, capacitamos e educamos”, disse Arnold.

Segundo ele, uma microenquete global realizada pela Ifac constatou que 90% dos entrevistados admitem que precisam “compreender melhor as inovações” e 59% não acreditam que suas firmas estejam “prontas para o futuro”.

Voltando à pesquisa de James Canton, Arnold mostrou que apenas 8% das firmas acreditam que a profissão está pronta para o futuro. Nas demais, as expectativas são negativas: 82% avaliam que precisam compreender melhor a inovação e 90% disseram que “o futuro digital está se aproximando rapidamente”.

Arnold finalizou sua apresentação na 5ª Conferência enfatizando que as FAPMP precisam “abraçar” a informática, citando como exemplos o ambiente em nuvem (*cloud computing*) e ferramentas de gestão (*data analytics*).

Monica Foerster, diretora de FAPMP do Ibracon, endossou a análise de Arnold. “A pesquisa de James Canton menciona um ponto-chave: como as novas tecnologias vão impactar os processos de trabalho. No caso de softwares, os existentes já impactam os serviços oferecidos pelos contabilistas. As discussões realizadas aqui alertam para a oportunidade que se apresenta às FAPMP, que podem oferecer serviços de maior valor agregado aos clientes”, disse a diretora.

Marcelo Guerra, presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, destacou a importância do debate sobre o futuro das pequenas e médias firmas e lembrou que o GT FAPMP, do Instituto, está desenvolvendo um livreto sobre serviços que poderiam ser mais explorados pelas FAPMP.

Ricardo Rodil, membro do GT FAPMP, lembrou que se pode oferecer um serviço conhecido como compilação, muito comum na França. “O profissional não dá asseguarção; apenas prepara as demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais”, explicou. ✓

Em outubro, a Ifac realizará, novamente, a Pesquisa Global sobre Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

Participe!

Os resultados da pesquisa de 2014 estão disponíveis no site Ifac: www.ifac.org/smp.



Atualidades das IFRS



Coordenado por Rogerio Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional, o painel *Atualidades das IFRS*, foi aberto com palestra de Amaro Gomes, membro do International Accounting Standards Board (IASB), que destacou a importância da 5ª Conferência do Ibracon.

Ele abordou temas como IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Reconhecimento de Receitas, que entram em vigor, respectivamente, em janeiro de 2018 e janeiro de 2017. Também discorreu sobre o IFRS para Pequenas e Médias Empresas (PME).

Segundo ele, a IFRS 15, desenvolvida conjuntamente com o norte-americano Financial Accounting Standards Board (FASB), representa um grande avanço em termos de literatura contábil.

“Criamos um grupo de transição para discutir o projeto, mas sem o propósito de alterar pronunciamentos, e, sim, de

antecipar desafios na implementação. Já foram discutidos 35 tópicos”, relatou Amaro Gomes.

José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destacou que o Brasil já atingiu certa maturidade no processo de implementação das IFRS. E enfatizou o trabalho para aperfeiçoar as notas explicativas nas demonstrações contábeis (DC). “O volume excessivo de informações deixa de atingir seu real objetivo. Os usuários necessitam de informação adequada e robusta”, disse.

Comentando a OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Bezerra disse que pesquisas recentes apontam que “estamos no caminho certo”.

Verônica Souto Maior, vice-presidente

Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informou que a entidade tem disseminado o debate sobre as IFRS para PME, levando-o às capitais brasileiras. E enfatizou a necessidade de mudança de visão por parte dos empresários e profissionais.

Marco Antonio Papini, do Grupo de Trabalho de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, destacou a confusão criada pelo fato de muitas empresas ainda manterem duas contabilidades, a fiscal e a societária.

Segundo ele, “apesar de, na essência, a norma PME ser semelhante ao Full IFRS, ainda há clara dificuldade para os preparadores e revisores entenderem as diferenças existentes”. Papini concluiu sua apresentação enfatizando que ainda é necessário simplificar mais as IFRS para PME e que os gestores entendam os benefícios da nova contabilidade para o segmento.



Questões tributárias

É HORA DE CONVERGIR REGRAS FISCAIS E CONTÁBEIS

“Por muitos anos, as práticas contábeis aplicadas pelas empresas brasileiras emanavam da legislação tributária. A partir da Lei nº 11.638, isso começou a mudar, com a introdução do conceito da neutralidade tributária, o que permitiu que tivéssemos normas alinhadas com as normas internacionais”, disse Carlos Alberto Souza, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional, na abertura do painel *A Adoção das IFRS e As Questões Tributárias*.

Ele destacou o fato de que, hoje, há um mecanismo que permite a discussão prévia das novas normas, para analisar impactos e adequações necessárias.

“Há dois grupos de trabalho, um do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e outro da Receita Federal, o GT Contábil, analisando a neutralidade ou possível impacto fiscal das normas contábeis emitidas a partir da MP 627. Revisamos aquelas emitidas desde o final de 2013 e as que serão emitidas mais para a frente”, explicou Eliseu Martins, professor emérito da FEA/USP.

A título de exemplo, ele citou o Ato Declaratório Cosit 20, da Receita Federal, explicitando que todos os documentos emitidos pelo CPC desde dezembro de 2013 não provocam efeitos fiscais.

Claudia Pimentel, coordenadora de



CARLOS ALBERTO SOUZA, ANTONINHO MARMO TREVISAN, CLAUDIA PIMENTEL E ELISEU MARTINS

Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras da Receita Federal, falou sobre as penalidades pelo descumprimento de obrigações tributárias.

“Esperamos que as modificações no processo de adoção de IFRS diminuam, mas sabemos que as normas contábeis não são estanques. Elas avançam”, disse. Quanto às penalidades, explicou que são necessárias para induzir um novo comportamento. “Elas são colocadas para que as informações dos contribuintes tenham cada vez mais qualidade”, disse. “E, se houver muitas excessivas em determinados aspectos, vamos rever, analisar se a norma não está clara e está levando o contribuinte a adotar aquela informação”, acrescentou.

Mas enfatizou que alguns atos emitidos pela Receita Federal podem gerar, sim, diferença de tributo a ser recolhido, que “não é penalidade, mas diferença entre o devido e o recolhido”.

Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Escola de Negócios, apresentou algumas questões sobre a possível convergência dos dois conjuntos de normas, fiscais e contábeis, para se ter um único normativo que atenda tanto ao Fisco quanto à legislação societária.

É hora de começar a pensar na convergência de regras entre a sociedade, as empresas, a contabilidade e o Fisco, e não apenas na convergência às regras contábeis mundiais. Seria mais razoável, inteligente e mais barato se fizéssemos um esforço enorme em convergir regras fiscais e contábeis”, disse.

E foi aplaudido quando destacou as dificuldades dos contadores e dos empresários em manter os dois controles. “Os contadores não recebem um centavo para processar tantos cálculos e tantas obrigações acessórias. A Receita repassa para as empresas e contadores o custo dessas obrigações”, finalizou. ✓

Ética no ambiente de negócios

“A ética no ambiente de negócios é, acima de tudo, um valor negocial.

A ética diz respeito a nós, indivíduos. Com imprensa livre e plataformas digitais, não dá para dizer ‘não sei’. A



ética só é possível quando há liberdade, porque demanda escolhas.

Ética está ligada à liberdade. E nós somos seres livres. Os animais têm instintos. Os seres humanos também, mas nenhum deles é incontrolável.

Na natureza, nenhum animal come o que lhe fez mal. Os animais têm uma lei que não depende deles. Um pássaro morre de fome ao lado de um quilo de carne. Atenção: um pássaro morre de fome ao lado de um quilo de carne! Um cão morre de fome ao lado de um quilo de alpiste. Não está na natureza deles.

Nós, não. Nós fazemos o que achamos

adequado. Não temos instintos incontroláveis.

O que isso tem a ver com negócios? Ética é uma escolha, uma decisão.

Como um povo como o alemão, que gerou música, religião, filosofia, que tem um Sebastian Bach, um Beethoven, também gerou o horror nazista? Ele foi feito por gente como você e eu, filósofos, auditores, professores, contadores, que, no final do dia, ia para casa, ficar com a família, tomar sopa.

Somos capazes de fazer o mal e o bem”.

As mães da Lava-Jato

“Em 2012, na Prova do Rei, realizada na Espanha, houve um fato que, no campo da ética, é absolutamente revelador. Faltando cinco metros para terminar a prova, um queniano, que liderava a maratona, achou que já tinha cruzado a linha de chegada e parou para cumprimentar o público. Um espanhol, menino de 22 anos, que estava logo atrás dele e podia vencer, já estava quase na linha de chegada, começou a gritar com o queniano, ‘vai-vai’. O queniano não entendia o que estava acontecendo. O espanholzinho não teve dúvida: grudou no calção do queniano por trás e o empurrou para a linha de chegada.

A imprensa perguntou: ‘por que você fez isso?’ E a maravilha é que o menino espanhol não entendeu a

pergunta e replicou: ‘isso o quê?’ Os jornalistas insistiram: ‘o senhor deixou ele ganhar’. O menino espanhol respondeu: ‘eu não deixei ele ganhar, ele ia ganhar’.

Os jornalistas retrucaram: ‘mas ele se distraiu’. E o espanholzinho respondeu: ‘qual seria o meu mérito, que honra teria subir no pódio sabendo que foi por distração e não por esforço, que graça tem ganhar desse jeito?’

E disse a frase mais linda de 2012: ‘se ganhasse desse jeito, o que eu ia dizer para a minha mãe?’

A mãe é a última pessoa que você quer envergonhar. Já pensou na mãe de algumas pessoas na Lava-Jato?”

A 5ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE DO IBRACON OFERECEU AO PÚBLICO UM MOMENTO MUITO ESPECIAL: A PALESTRA DO FILÓSOFO, ESCRITOR E PROFESSOR MARIO SERGIO CORTELLA, COM O TEMA *ÉTICA NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS*. A SEGUIR, TRECHOS DA PALESTRA:

Transparência informacional

“Emanuel Kant, grande filósofo alemão, disse algo que devia estar nos gabinetes dos dirigentes de toda empresa, todo governo e nas casas das famílias: ‘tudo que não puder contar como fez, não faça’. As razões para não contar são as mesmas para não fazer. É óbvio.

Isso, no ambiente de negócios, é um princípio para ninguém esquecer.

Em um mundo no qual a transparência informacional é decisiva, é preciso cautela. Eu, Cortella, posso construir 41 anos de carreira, mas basta um desliz. Há 30 anos talvez ninguém soubesse ou demorava para se espalhar. Agora, em meia hora está nas redes, está divulgado.

Repito, há algum tempo havia um certo anonimato, agora há necessidade de ficar mais atento.

Na auditoria, a ética é decisiva. Não apenas porque você é alguém que precisa ter credibilidade, mas porque a sua credibilidade garante a decência

nos negócios, nas atividades, na cidadania, no conjunto da vida pública.

O que nos impede de aderirmos a coisas antiéticas: falta de convite, de escolha? Todos temos dilemas. Muitos se explicam dizendo: ‘todo mundo faz’. Mas não é justificativa. Ou só o é pela incidência, não pelo mérito.

Albert Schweitzer, um médico, teólogo e filósofo alemão, disse: ‘a tragédia não é quando o homem morre; é aquilo que morre dentro de um homem enquanto ele ainda está vivo’.

O que não pode morrer é a integridade, a capacidade de recusar aquilo que até pode nos oferecer vantagem, mas essa vantagem é desonrosa.

Cuidado com o ‘eu faço o que posso’. A área de auditoria independente tem de ser rigorosa. Não basta dizer ‘eu faço o que posso’. Temos de aprender com os norte-americanos, que dizem ‘I wil do my best’. Vou

fazer o meu melhor é diferente do ‘vou fazer o que posso’.

François Rabelais, um monge beneditino do século XVI, dizia ‘conheci muitos que não puderam quando deviam porque não quiseram quando podiam’. A gente quer, pode e deve. A gente faz”.



Durante a Conferência, Mario Sergio Cortella autografou o livro *Educação, Convivência e Ética – Audácia e Esperança!* no estande da Cortez Editora. ✓





Regulação da profissão



ADELINO DIAS PINHO, ROGÉRIO ROKEMBACH, ZULMIR IVÂNIO BREA E MARCO ANTONIO FABBRI

“O avanço da economia mundial e a complexidade do ambiente de negócios impulsionaram o aumento da relevância da profissão contábil no Brasil e no mundo”. A afirmação foi feita pelo diretor de Regionais do Ibracon, Adelino Dias Pinho, na abertura do painel *Regulação da Profissão*, do qual foi o moderador.

Rogério Rokembach, coordenador do Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) e membro do Conselho de Administração do Ibracon, informou que o Brasil é um dos países que tem a mais formal e estruturada regulamentação da profissão. E afirmou que isso é “bom para a profissão, porque nos garante prerrogativas profissionais, apesar da burocracia cartorial que precisamos cumprir”.

Segundo ele, a regulação também implica em qualidade na prestação

dos serviços. “E a qualidade demanda elevado padrão ético, educação continuada, independência e ceticismo.”

Rokembach também discorreu sobre o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) que, “no ciclo 2011 a 2014, buscou aprimorar seus procedimentos, visando a dar mais agilidade, transparência e evolução permanente em suas ações”.

Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Marco Antonio Fabbri, diretor de Desenvolvimento Profissional da 5ª Seção Regional do Ibracon, falaram sobre o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (Cnai), o Exame de Qualificação Técnica (EQT) e o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). Sobre o PEPC, lembraram que, em

2016, ele terá a sua obrigatoriedade estendida aos demais auditores independentes de empresas não reguladas e aos contadores preparadores de empresas reguladas e sociedades de grande porte.

E informaram que o total de cursos e eventos credenciados cresceu de 2.809, em 2013, para 3.178, em 2014. No entanto, no mesmo período, o número de profissionais que cumpriram o PEPC caiu de 2.971 para 2.795, assim como o de prestação de contas ao Programa, reduzido de 3.281 para 3.056.

Por isso, eles lembraram as penalidades previstas por descumprimento do PEPC: baixa no Cnai (precedida de prazo para justificativa) e abertura de processo administrativo disciplinar (com todas as instâncias de defesa e recurso). E ressaltaram a importância da atualização profissional para o exercício pleno da profissão. ✓



Prêmio Transparência

Os vencedores do Prêmio Transparência Ibracon também participaram da 5ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente. Eles foram convidados ao palco para receber a premiação das mãos de Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon. Idésio Coelho, presidente do Instituto, e Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fizeram questão de cumprimentar os premiados.

“O Prêmio, que conta com o apoio do International Accounting Standards Board (Iasb), é uma iniciativa para estimular jornalistas e estudantes universitários”, disse Pocetti.

Na categoria Transparência de Jornalismo a premiada foi a jornalista Suzana Liskauskas, do jornal *Valor Econômico*, pela reportagem “Nova regra global vai vigorar em 2017”, que tratou da IFRS 15.

Inscreva-se na edição 2015

As inscrições para a edição 2015 do Prêmio Transparência estão abertas até 30 de novembro.

Mais informações podem ser obtidas pelo Portal Ibracon, pelas redes sociais e pelos *hotsites* www.ibracon.com.br/premiouniversitario e www.ibracon.com.br/premiojornalismo.

Na categoria Universitário, podem concorrer trabalhos de estudantes de nível superior em Ciências Contábeis,



EDUARDO POCETTI, SUZANA LISKAUSKAS, ADALBERTO HOTT RAMINHO, ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES, IDÉSIO COELHO E ZULMIR IVÂNIO BREDÁ

Na categoria Transparência Universitário foram premiados Adalberto Hott Raminho, aluno da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e sua professora Ana Carolina Vasconcelos Colares, com o trabalho “Transparência pública na gestão patrimonial das instituições de ensino superior federais brasileiras”.

Os três ganharam uma viagem de cinco dias a Londres, no Reino Unido, onde participarão da reunião dos *standards-setters* promovida pelo Iasb e do International Forum of Accounting Standard Setters (Ifass). Também visitarão a sede do Iasb e uma renomada universidade.

produzidos entre 1º de janeiro e 31 de novembro deste ano.

Na categoria Jornalismo, são elegíveis reportagens em mídia impressa ou on-line, veiculadas entre 16 de novembro de 2014 e 30 de novembro de 2015. O veículo precisa ter periodicidade mínima trimestral e estar sediado no Brasil. ✓



Capacitação e atualização profissional



A agenda de cursos do Ibracon oferece um amplo leque de opções para os profissionais e estudantes de Ciências Contábeis, visando sua capacitação e atualização nas novas normas brasileiras de contabilidade e auditoria independente.

Realizados nas Seções Regionais (SR), os cursos têm conteúdo alinhado às normas da Federação Internacional dos Contadores (Ifac) e, em sua maioria, contam pontos no Programa de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3ª SR - Rio de Janeiro

- ✓ Auditoria específica para seguradoras – dia 08 de outubro: inclui o CPC 11 e fará um *overview* do ambiente de seguros no Brasil, abordando a estrutura do sistema, órgãos reguladores e principais regulamentações, as normas contábeis, fluxo macrofinanceiro e a distribuição de risco, entre outros assuntos. Instrutora: Carine Mamari, diretora de Auditoria.
- ✓ NBC TA 300, 315, 320, 330, 402 e 450 – dia 13 de outubro: ministrado por André Pimenta, gerente de Auditoria, vai tratar de planejamento da auditoria de demonstrações contábeis, identificação e avaliação de riscos, resposta do auditor aos riscos avaliados e materialidade no planejamento e na execução da auditoria, entre outros temas relacionados às NBC TA.

✓ Contabilização, Mensuração e Divulgação de Instrumentos Financeiros – dias 17, 19, 24 e 26 de novembro: ministrado por Raphael Vianna, sócio-diretor de firma de auditoria, o curso tratará das normas aplicáveis, aprofundando a análise dos instrumentos financeiros, classificação dos instrumentos financeiros, contabilização, tipos de mensuração, derivativos e contabilidade de *hedge*, entre outros aspectos.

5ª SR – São Paulo

- ✓ CPC 30 (Receitas) e CPC 17 (Contratos de Construção) – dia 28 de outubro: ministrado por Sandra Farias Martins, auditora independente, abordará os alcances e definições, mensuração da receita, combinação e segmentações de contratos de construção, reconhecimento de perdas e de receitas, entre outros aspectos das duas normas.
- ✓ NBC PA 1, 290 e 291 e NBC TA Estrutura Conceitual – dia 05 de novembro: vai abordar controle de qualidade para firmas de auditoria independente, independência nos trabalhos de auditoria e revisão e estrutura conceitual para trabalhos de asseguarção, entre outros aspectos das normas. Ministrado pelas gerentes seniores de firmas de auditoria Marcia Diniz Faccioli e Tatiana Garcia.

6ª SR – Porto Alegre

A 6ª SR vai realizar uma série de cursos, em módulos, sobre as Normas de Auditoria para PME.

- ✓ Módulo V – dias 1 e 2 de outubro, com o instrutor Anderson Juliano dos Santos, responsável pela gestão da área de imobilizado, projetos de avaliações e controles de ativos, com passagem como auditor independente.
- ✓ Módulo VI – dias 8 e 9 de outubro, ministrado por André Maia Soares, bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos;
- ✓ Módulo VIII – dias 15 e 16 de outubro, com a instrutora Monica Foerster, diretora de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon;
- ✓ Módulo VIII – dias 22 e 23 de outubro, com o instrutor Cristiano Jardim Seguecio, sócio de Auditoria. ✓

VEJA A PROGRAMAÇÃO COMPLETA
NA ÁREA DE EDUCAÇÃO
CONTINUADA, NO PORTAL IBRACON:
WWW.IBRACON.COM.BR

Junte-se aos mais de 3.000 profissionais que realizam atividades de Educação Continuada no Ibracon anualmente



Atividades oferecidas por 7 Seções Regionais em todo o País



São mais de 120 opções de cursos, palestras e eventos anuais voltados aos profissionais da Contabilidade



O Ibracon é capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada do CFC, alinhado com as normas de Ensino da IFAC



Verifique os cursos modulares ou faça sua grade de acordo com suas necessidades



pingos e respingos

Sindcont-SP comemora 96 anos

Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, e o diretor do Ibracon Nacional Adelino Dias Pinho (Regionais) e Marcos Sanches (Administração e Finanças da 5ª Seção Regional) prestigiaram a comemoração de 96 anos do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP). No evento, Raul Corrêa da Silva, membro do Conselho de Administração (CA) do Instituto, recebeu o título de Contabilista Emérito de 2015, concedido pelo Sindcont-SP em reconhecimento à sua trajetória de mais de 40 anos dedicados à contabilidade.

Em seu discurso, Eduardo Pocetti disse que Raul tem "uma personalidade cativante, é um homem de múltiplos interesses, que se dedica intensamente ao que faz, pois acredita que a atitude muda tudo".

Jair Gomes do Araújo, presidente do Sindcont-SP destacou que, "em mais de nove décadas, o sindicato atua com foco nas reais necessidades da classe contábil, propiciando as condições adequadas para o exercício da profissão e a valorização dos profissionais, fundamentais para garantir a transparência das informações contábeis das empresas e entidades públicas e privadas no País".



Eduardo Pocetti e Raul Corrêa da Silva

Riscos e oportunidades

A 5ª Seção Regional e o Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar do Ibracon promoveram o *workshop Riscos e oportunidades associados a informações não financeiras – A importância para os auditores independentes*, mediado por Ahmed Sameer El Khatib, coordenador da área técnica do Instituto. O encontro, que tratou da Lei do Bem, de passivos ambientais e provisionamento contábil e de capital humano, contou com palestras de Leonardo Dutra, coordenador do GT Multidisciplinar e diretor de Sustentabilidade da EY; Ângela



William Calegari, Ahmed El Khatib, Leonardo Dutra e Ângela Leonina Castro

Leonina dos Santos Castro, sócia de Business Process Solutions da Deloitte, e William Calegari de Sousa, sócio de Impostos da KPMG.

Novo relatório

O Novo Relatório do Auditor Independente, que será aplicado nos exercícios findos de 31/12/2016, foi discutido na reunião realizada pelo Ibracon com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte da agenda permanente das duas instituições. Participaram o presidente da CVM, Leonardo Pereira, sua assessora Camila Rossini Pantera, o superintendente de Normas Contábeis, José Carlos Bezerra, e os gerentes de Normas de Auditoria, Madson Gusmão de Vasconcelos, e de Normas Contábeis, Paulo Roberto Gonçalves Ferreira. O presidente do Ibracon, Idésio Coelho, aproveitou a oportunidade para, mais uma vez, agradecer a presença de representantes da CVM na 5ª Conferência do Ibracon. Também estiveram presentes pelo Ibracon o superintendente geral Marco Aurelio Fuchida e o diretor do Ibracon Nacional, Rogério Hernandez Garcia.

Reunião na Fiesp

Benefícios da Auditoria Independente para as Pequenas, Médias e Grandes Empresas foi o tema tratado pelo Ibracon na reunião plenária do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel Gráfica e Embalagem (Copagem) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Rogério Hernandez Garcia e Monica Foerster, respectivamente diretor Técnico e diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon Nacional, falaram sobre como um auditor pode ajudar no processo de desenvolvimento do negócio e as vantagens da auditoria.

Estrutura Conceitual

O *exposure draft* da Estrutura Conceitual das IFRS, que permanece em audiência pública até 26 de outubro, foi tema de dois encontros técnicos promovidos pelo International



Amaro Gomes, Rachel Knubley e Edson Arisa

Accounting Standards Board (IASB), em associação com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Fundação de Apoio ao CPC (FACPC). Realizados no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) e na Fipecafi, ambos discutiram os conceitos a serem utilizados no desenvolvimento e revisão das IFRS e contaram com as presenças de Edison Arisa, presidente da FACPC e coordenador técnico do CPC, Amaro Gomes, do *board* do IASB, e Rachel Knubley, da área Técnica do IASB e uma das responsáveis pelo *exposure draft* em análise. Integrantes do Ibracon, uma das entidades-membro do CPC, participaram dos dois encontros.

Lei nº 9.613

O Ibracon participou de reunião da comissão do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para analisar a Resolução CFC nº 1.445, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e empresas contábeis para cumprimento das obrigações previstas na Lei nº 9.613, que trata dos crimes de lavagem de dinheiro.

Participaram da reunião Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon, Ricardo Roberto Monello, diretor de Assuntos Jurídicos da Fenacon, e Enory Luiz Spinelli, vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC na gestão 2012-2013. Eles são membros da comissão, que é coordenada por Luiz Fernando Nóbrega, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC.



Limites do auditor

Silvio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, e Sérgio Varella Bruna, sócio da Lobo & de Rizzo Advogados, representaram o Ibracon no Grupo de Discussão Contabilidade da revista Capital Aberto, que tratou do tema *Limites do Auditor: Fraudes em Balanço e Novo Relatório Ampliam Discussão sobre Responsabilidade*. "O Novo Relatório do Auditor



Independente deixa mais claro qual o papel do auditor e a responsabilidade da administração da companhia auditada", afirmou Takahashi no debate.

CRC de Pernambuco

Marcelo Galvão Guerra, presidente da 2ª Seção Regional do Ibracon, participou da solenidade de entrega das carteiras profissionais de 280 novos profissionais da contabilidade, realizada por Geraldo Batista, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRC-PE).



Previdência complementar

O presidente da 4ª Seção Regional do Ibracon (Minas Gerais), Paulo Cezar Santana, participou do VI Encontro Nacional dos Contabilistas das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, organizado pela Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência (Ancep) em conjunto com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). "Ao comemorar 30 anos da Ancep, verificamos que o papel dos profissionais da contabilidade não apenas cresceu em importância dentro do sistema, como também evoluiu significativamente em qualificação", disse o diretor-presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto.

Sempre presente ✓

24ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade

O Instituto foi um dos organizadores, juntamente com as demais Entidades Congraçadas do Estado de São Paulo, da 24ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo (Convencon), realizada em Santos, São Paulo.

"O evento, que teve como tema *Contabilidade: Ciência a favor da Transparência*, tratou de assuntos de grande atualidade e relevância para a classe contábil", diz Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional, que foi acompanhado de Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração, Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional, Paulo Cezar Santana,

presidente da 4ª Seção Regional, e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Instituto.

A 5ª Seção Regional (SR) do Ibracon foi representada pelos diretores Carlos Pires, Luiz Claudio Gaona Granados, Marcos Sanches, Marco Antonio Fabbri e Valdir Campos Costa. Também participaram Silvio Takahashi, coordenador do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, Claudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon, e Paulo Cesar Peppe, do GT FAPMP do Ibracon.



Estande do Ibracon na Feira de Negócios da convenção



Claudio Filippi, presidente do CRC-SP, Idésio Coelho e Jair Gomes de Araújo, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo

Mulher Contabilista

Eduardo Pocetti falou sobre *Oportunidades internacionais* no bate-papo contábil do 2º Encontro Nacional de Jovens Lideranças, realizado em paralelo ao Encontro Nacional da Mulher Contabilista, promovido no Paraná pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O presidente Idésio Coelho também compareceu.



Eduardo Pocetti no bate-papo contábil

CRC do Distrito Federal

A X Convenção de Contabilidade do DF, realizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal (CRC-DF), "proporcionou momentos muito ricos de compartilhamento de conhecimentos", na análise de Sandro Batista, presidente da entidade.

O diretor de Regionais Adelino Dias Pinho representou o Ibracon no evento, que contou ainda com as presenças de José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC, e Renato Rainha, presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Representante dos interesses profissionais e educacionais dos auditores independentes, o Ibracon marca forte presença no âmbito institucional, promovendo, apoiando e participando de encontros e eventos relevantes para a profissão.

XV Convenção do RS

O Ibracon prestigiou a XV Convenção dos Contabilistas do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS). Marcelo Saweryn, presidente da 6ª Seção Regional do Ibracon, participou da mesa solene de abertura.



Valdir Coscodai, Rogério Mota, Rogério Garcia e Claudio Longo

Um dos pontos altos do encontro foi o *workshop* *Comitê de auditoria, responsabilidade da auditoria e fraude*, que contou com as participações dos representantes do Ibracon Rogério Garcia, diretor do Ibracon Nacional, Rogério Lopes Mota, coordenador da CNNT e membro da CNC, Valdir Coscodai, da CNNT, e Claudio Longo, coordenador do CNA.

Troféu Transparência

O diretor de Regionais Adelino Dias Pinho representou o Ibracon na festa do 19º Troféu Transparência 2015, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac)



Roberto Fragoso, vice-presidente de Administração da Anefac, e Adelino Dias Pinho

em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e a Serasa Experian.

E mais:

- Paulo Cezar Santana, presidente da 4ª SR do Ibracon, participou da **10ª Convenção de Contabilidade de Minas Gerais**, realizada em Uberlândia pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC-MG).

- Idésio Coelho, Eduardo Pocetti e o superintendente geral Marco Aurelio Fuchida participaram da **XXXI Conferência Interamericana de Contabilidade**, em Punta Cana, na República Dominicana.

- O Ibracon participou do **6º Seminário de Gestão de Empresas de Serviços Contábeis**, representado por Eduardo Pocetti e por integrantes da 5ª SR: Sérgio Antonio Dias da Silva (presidente), Carlos Pires (diretor Técnico) e Valdir Campos Costa (diretor). O evento foi realizado pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São

Paulo (Sescon-SP) e pela Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Aescon-SP).

- O **5º Encontro de Contabilidade e Auditoria para as Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte** foi realizado em São Paulo, pelo Ibracon e pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca). O evento foi aberto por Idésio Coelho, presidente do Ibracon, e Alfried Plöger, vice-presidente da Abrasca, e encerrado por Antonio Castro, presidente da Abrasca, e Rogério Hernandez Garcia, diretor Técnico do Ibracon. Pelo Instituto também participaram Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração, e os diretores do Ibracon Nacional Monica Foerster (FAPMP), Adelino Dias Pinho (Regionais), e, da 5ª Seção Regional, Carlos Pires e Marcos Sanches.

- Idésio Coelho e Eduardo Pocetti participaram do **17º Encontro Nacional de**

Relações com Investidores e Mercado de Capitais, do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri) e da Abrasca.

- *Contabilidade: Construindo o Futuro* – esse foi o tema da **4ª Semana Paulista de Contabilidade**, do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo (Sindcont-SP). Pelo Ibracon participaram, como palestrante e moderador, respectivamente, Sérgio Antonio Dias da Silva, presidente da 5ª SR, e Silvio Takahashi, do Comitê de Normas de Contabilidade (CNC) e da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT).

- O **V Seminário de Gestão Jurídica e Legal** da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), em Brasília, contou com as presenças de Idésio Coelho e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon.

Em constante evolução

Assessora da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para questões relacionadas à Transparência de Mercado, Vania Maria da Costa Borgerth se considera uma pessoa completamente realizada.

“O BNDES foi e é a minha grande escola”, diz. Casada e mãe de quatro filhos, Vania está há 23 anos na instituição, na qual passou por várias áreas: foi gerente de Políticas Financeiras (1999) e de Relações com Investidores (2001), contadora-chefe (2004) e é assessora do presidente desde 2011.

Ao longo de mais de duas décadas na instituição, Vania viveu e protagonizou momentos marcantes, tanto em sua carreira como no cenário da contabilidade nacional e internacional. Um deles teve início quando assumiu a posição de contadora-chefe, na qual teve a oportunidade de se aproximar da tendência mundial: as International Financial Reporting Standards (IFRS), as normas internacionais de contabilidade adotadas pelo BNDES a partir de 2006, quando o Banco Central determinou que os bancos brasileiros precisariam utilizar o novo padrão contábil, a partir de 2010.

“As IFRS foram a melhor coisa que aconteceu na nossa área no Brasil nos últimos 40 anos. Antes, se fazia contabilidade pura e simplesmente usando uma lei societária, que já não refletia o mercado. As IFRS estão em constante evolução, daí impõem a necessidade de estudos, revisão de conceitos à medida que outros países apresentam suas experiências e vão dando *feedback*. Hoje, a contabilidade é uma atividade internacional. Fato positivo, que obrigou o

contador a sair da zona de conforto, se reeducar e repensar os conceitos, principalmente os que se referem à essência das transações”, explica.

E é com orgulho que Vania lembra que, desde a convergência brasileira às IFRS, o BNDES atuou como agente visando a estimular o uso das normas internacionais. Sem dúvida, grande parte desse papel do banco se deve ao protagonismo de Vania, que, em fevereiro, assumiu a posição de membro do Conselho Consultivo das IFRS (o Advisory Council), nomeada pelos curadores da Fundação IFRS, entidade responsável pela gestão e supervisão do International Accounting Standards Board (Iasb). Seu nome foi indicado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o apoio das entidades que o compõem, entre as quais o Ibracon. O Conselho Consultivo é o organismo que assessora formalmente os executivos do Iasb e aconselha a Fundação IFRS sobre seu direcionamento estratégico, plano de trabalho técnico e prioridades.

O curioso é que a contadora tão bem-sucedida sonhou, um dia, ser guia de turismo, dada a sua facilidade no aprendizado de idiomas (ela fala inglês, espanhol e francês). Foi graças ao irmão Aécio, quatro anos mais velho, que ela enveredou pelas Ciências Contábeis, o que definiria os rumos de sua vida. “Ele sugeriu que eu optasse pela contabilidade, pois considerava a área mais adequada ao meu perfil. Sinal de que, às vezes, conselho de família dá certo”, brinca.

E foi na contabilidade que Vania descobriu sua grande paixão: “Vejo tamanha importância e sentido nessa profissão que não me imagino fazendo outra coisa”. Para quem precisa de provas dessa sua dedicação basta dizer que ela

APAIXONADA POR TUDO O QUE FAZ E MAIS AINDA PELA CONTABILIDADE, **VANIA BORGERTH** NÃO É DE FICAR PARADA EM ZONAS DE CONFORTO. E SE DESTACA NO MERCADO, AQUI E NO EXTERIOR



praticamente emendou a faculdade com o mestrado em Ciências Contábeis, cujo exame, na Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), ocorreu apenas dois dias após seu casamento, em 1988. Mesmo com a lua de mel adiada, não se arrepende de ter sido aluna do penúltimo curso ministrado pela Fundação, posteriormente transferido para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

“Estudar na FGV-RJ fez toda a diferença na minha vida. Na faculdade, você aprende a praticar a contabilidade, mas nesse mestrado entendi os fundamentos do pensamento contábil”, diz a assessora especial da presidência do BNDES, que também tem mestrado e um MBA em Finanças.

Outro momento que comprova a paixão pela carreira foi o nascimento prematuro do segundo filho, em 1990, na fase de conclusão do mestrado. Dedicada tanto à família quanto à profissão, Vania aproveitou o tempo e concluiu o mestrado em Administração com foco em Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-RJ).

Facilidade de expressão

Não bastasse sua atuação no BNDES e na Fundação IFRS, Vania integra, ainda, a Diretoria de Normas Internacionais e CPC da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), do Rio de Janeiro;

compõe a Delegação Brasileira de Contadores junto à Organização das Nações Unidas (ONU), mais conhecida como International Standards of Accounting and Reporting (Isar), e é a representante brasileira no Consultative Advisory Group (CAG) do International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), além de representar o BNDES junto ao International Integrated Reporting Council (IIRC). Ela também é a coordenadora da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado e integra o Conselho Consultivo Brasil do Global Reporting Initiative (GRI) e o Conselho Fiscal da Fundação Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes). Haja energia!

Não é à toa que ela viaja para o exterior com frequência e percorre o território nacional a serviço. Suas idas e vindas pelos aeroportos brasileiros somam mais de 25 viagens por ano, que se somam a cerca de 10 viagens internacionais. Seu profundo conhecimento na área em que atua legitima sua posição no mercado. Os muitos reconhecimentos conquistados no mercado Vania credits à sua aptidão na arte de comunicar, adquirida ao longo de anos como docente. Sem falsa modéstia, julga ser premiada no dia a dia na profissão.

“Percebo o respeito das pessoas pela minha contribuição. Não sei se teria alcançado esse reconhecimento profissional sem a condição de professora e sem estar à frente do mercado. Uma



das vantagens do docente é estar sempre em contato com ideias novas, pois a cada semestre há alunos com novos pensamentos e questionamentos”, diz.

São justamente os alunos que cobram que registre em livros o seu conhecimento e a oportunidade de convívio com os reguladores no âmbito internacional. “Entendo isso como obrigação moral. Afinal, não há privilégio em guardar só para mim as informações”, analisa. Além do mais, ela mesma admite a deficiência de literatura acadêmica na contabilidade. Entretanto, dedicar-se a escrever livros faz parte dos sonhos ao se aposentar, admite a autora do livro *Sox: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley*, tese de mestrado que foi publicada.

Desde formada, Vania atua como docente, no Rio de Janeiro, ofício que jamais abandonou, nem mesmo após a gravidez do terceiro filho e de ter sido aprovada em concurso público para o cargo de contadora no BNDES. Ela é professora dos cursos de pós-graduação da Fucape Business School e já lecionou na Universidade Cândido Mendes, na Fundação Getúlio Vargas e no Ibmec.

Propaganda doméstica

Quando questionada sobre como faz para administrar o tempo, dar conta de uma vida profissional tão intensa e, ainda, ser esposa e mãe de quatro filhos, Vania responde com um largo sorriso: “Conseguir tocar tudo isso foi fichinha, difícil é o marido carente que fica em casa”, brinca.

Eduardo Borgerth Neto é dublador de filmes. É dele a voz a Bruce Willis na dublagem para o português do filme *Duro de Matar*. “Mas, em momento algum, eles impediram a minha realização pessoal ou profissional. Quanto à falta de tempo, é só uma desculpa quando você não quer fazer algo”, justifica a mineira de Teófilo Otoni, que se mudou com a família para o Rio de Janeiro aos cinco anos de idade.

Apaixonada por tudo que faz, confessa ter feito propaganda para que os filhos enveredassem pela área contábil. Mas foi em vão: Raquel (26 anos) é médica, João Pedro (24 anos) estuda Engenharia Civil e Matheus (22 anos), Engenharia Ambiental. Em uma viagem à Disneylândia, a caçula Lydia (14 anos) escolheu ser domadora de baleia. No entanto, Vania arrisca dizer que ela será escritora, até porque é uma devoradora de livros, a exemplo da mãe e dos irmãos, menos Matheus. Só para se ter ideia, chegou a pedir 12 livros de presente de Natal.

Mesmo sem ter tido êxito na propaganda dentro do próprio lar, Vania orgulha-se de ter conseguido convencer seu irmão Amilton e a filha dele e sua afilhada, Daniela, a cursar Ciências Contábeis. Em sua opinião, parte da falta de interesse pela carreira se deve ao fato de que o ambiente acadêmico na área contábil no Brasil não evoluiu na velocidade necessária para torná-la estimulante.

Segundo ela, as pessoas se formam em Administração ou Direito, empregam-se como *trainees* em um escritório de auditoria para aprender contabilidade e, depois, voltam para a faculdade para validar um diploma e exercer a função de contador.

“Isso é preocupante. E tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) quanto o Ibracon têm procurado mudar essa situação”, diz Vania, que deixa um recado para as futuras gerações:

“É preciso dar uma chance para a contabilidade, aprender a vê-la como algo além do débito e do crédito ou do livro empoeirado. Não há forma melhor de retratar uma empresa do que a informação contábil. Ela aponta as oportunidades e alerta sobre os riscos a que o negócio pode estar sujeito. Uma empresa que não domina sua contabilidade muitas vezes toma decisões equivocadas. É uma profissão fascinante”, conclui. ✓



ISS de sociedades uniprofissionais

O Ibracon divulgou a Circular 005/15, da Diretoria Nacional, sobre enquadramento de diversas sociedades no regime especial de recolhimento de ISS das sociedades uniprofissionais (SUP).

Há alguns anos os municípios questionam o enquadramento de diversas sociedades no regime especial de recolhimento de ISS das SUP.

Especificamente na cidade de São Paulo, em 2009 a Secretaria de Finanças iniciou um processo de fiscalização nas principais firmas de auditoria para verificar esse enquadramento.

O Ibracon tem atuado em diversas frentes no sentido de defender os interesses da profissão, porém ressaltando a importância de que cada

firma de auditoria avalie a situação e os riscos envolvidos na adesão ou não ao programa que está sendo proposto em São Paulo, por meio da Lei nº 16.240, sancionada em 22 de julho.

Além de orientações às firmas associadas localizadas no município de São Paulo, a Circular informa, em detalhes, os resultados obtidos pelo Ibracon até o momento.

Auditoria cooperativa

O Ibracon emitiu a Circular 004/15, da Diretoria Nacional, acerca da Resolução 4.434 do Banco Central, que dispõe sobre a constituição, autorização para funcionamento, funcionamento, alterações estatutárias e cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e a auditoria independente dessas sociedades.

A circular salienta a importância de cada associado fazer a leitura e análise da resolução, tendo em vista que trata de aspectos importantes para aqueles que prestam serviços para essas cooperativas.

Em que pese a manifestação conjunta do Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), contrária à forma como estava sendo proposta a regulamentação da atividade de auditoria independente das cooperativas de crédito, a resolução manteve a possibilidade de que entidades de auditoria cooperativa (EAC) vinculadas às cooperativas centrais de crédito e/ou confederações possa executar esse tipo de serviço.

O Ibracon realiza avaliações técnicas e jurídicas do assunto para verificar os possíveis encaminhamentos junto ao CFC e outras instâncias.

Cosit 20

A Receita Federal publicou, em julho, o Ato Declaratório Executivo Cosit nº 20, listando os documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram analisados pelo Grupo

de Trabalho Contábil, criado pela Receita em conjunto com o CPC, que conta com a participação do Ibracon.

O ato declaratório informa que

os documentos analisados não contemplam modificação ou adoção de novos métodos ou critérios contábeis nem provocam efeitos na apuração dos tributos federais. ✓

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.



A Revista Transparência Ibracon é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Antomar de Oliveira Rios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sérgio Antonio Dias da Silva

Diretoria Nacional
Presidente
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor Técnico
Rogério Hernandez Garcia
Diretor de Administração e Finanças
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Adelino Dias Pinho
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretora de FAPMP
Monica Foerster

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Editora-chefe
Geralda Privatti

Colaboradores
Débora Diniz
Zulmira Felício



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Impressão
Vox Editora

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)



Inscrições abertas

 5º Prêmio Transparência
Jornalismo

 5º Prêmio Transparência
Universitário

Inscrições

1º de julho a
30 de novembro
de 2015

Regulamento

www.ibracon.com.br

Participação

Reportagens e trabalhos
acadêmicos com temas
relacionados à auditoria
independente

Premiação

Viagem de 5 dias
a Londres



Comunicação Ibracon

5º Prêmio Transparência

Para o Prêmio Transparência de Jornalismo, poderão se inscrever jornalistas autores de reportagens veiculadas no período de **16 de novembro de 2014 a 30 de novembro de 2015**. Já o Prêmio Transparência Universitário é aberto a alunos de bacharelado em Ciências Contábeis, com trabalhos produzidos entre **1º de janeiro e 30 de novembro de 2015**.

As reportagens e trabalhos participantes serão avaliados por uma Comissão Julgadora, e o vencedor de cada categoria será premiado com uma viagem de cinco dias a Londres. **Na categoria Universitário, serão premiados o estudante e seu professor-orientador.**

Participe!



www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br